



# *Balanco Financeiro* **PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAIS**

# PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAIS 2022

# 20

# 22

# FMS - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE TEREZINHA PE

## ANEXO 13 - BALANÇO FINANCEIRO

Orçamento Programa - Exercício de 2022

DEZEMBRO(31/12/2022)

Pág.: 1

### ISOLADO: 3 - FMS - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE TEREZINHA PE

INGRESSOS			DISPÊNDIOS				
ESPECIFICAÇÃO	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior	ESPECIFICAÇÃO	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
<b>RECEITA ORÇAMENTÁRIA</b>		<b>6.046.087,43</b>	<b>3.726.465,41</b>	<b>DESPA ORÇAMENTÁRIA</b>		<b>9.047.959,70</b>	<b>7.800.938,06</b>
<b>TESOURO</b>		<b>2.319.746,69</b>	<b>1.899.793,26</b>	<b>TESOURO</b>		<b>5.432.561,71</b>	<b>3.836.624,87</b>
GERAL		0,00	3.276,54	ORDINARIO		2.714,10	0,00
ORDINARIO		0,00	31.692,00	SAUDE-COVID-19		14.526,50	209.986,30
SAUDE-COVID-19		14.544,00	72.297,71	SAÚDE-GERAL		5.415.321,11	3.626.638,57
SAÚDE-GERAL		2.225.013,85	1.776.488,86	<b>TRANSFERÊNCIAS E CONVÊNIO FEDERAIS-VINCULADOS</b>		<b>3.615.397,99</b>	<b>3.964.313,19</b>
SAÚDE-REMUNERAÇÃO APLICAÇÕES FINANCEIRAS		80.188,84	16.038,15	SAÚDE		66.961,40	5.180,10
<b>TRANSFERÊNCIAS E CONVÊNIO FEDERAIS-VINCULADOS</b>		<b>3.726.340,74</b>	<b>1.826.672,15</b>	SAUDE-COVID-19		0,00	267.256,97
SAÚDE		43.465,00	27.186,45	SAÚDE-GERAL		3.548.436,59	3.691.876,11
SAÚDE-GERAL		3.682.875,74	1.799.485,70	<b>TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS</b>		<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS</b>		<b>2.951.346,38</b>	<b>2.645.633,05</b>	<b>TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS PARA A EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA</b>		<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS PARA A EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA</b>		<b>2.951.346,38</b>	<b>2.645.633,05</b>	<b>TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS - INDEPENDENTES DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA</b>		<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
REPASSE RECEBIDO		2.951.346,38	2.645.633,05	<b>TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS PARA APORTES DE RECURSOS PARA O RPPS</b>		<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS INDEPENDENTES DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA</b>		<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS PARA APORTES DE RECURSOS PARA O RGPS</b>		<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS PARA APORTES DE RECURSOS PARA O RPPS		0,00	0,00	<b>PAGAMENTOS EXTRA-ORÇAMENTARIOS</b>		<b>884.466,83</b>	<b>598.318,46</b>
TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS PARA APORTES DE RECURSOS PARA O RGPS		0,00	0,00	<b>PAGAMENTOS DE RESTOS A PAGAR</b>		<b>438.283,33</b>	<b>39.508,44</b>
<b>RECEBIMENTOS EXTRA-ORÇAMENTARIOS</b>		<b>969.241,01</b>	<b>1.165.435,30</b>	RP NÃO PROCESSADOS PAGOS		10.000,00	4.267,80
<b>INSCRIÇÃO DE RESTOS A PAGAR</b>		<b>563.400,15</b>	<b>599.110,68</b>	RP PROCESSADOS PAGOS		428.283,33	35.240,64
RP NÃO PROCESSADOS - INSCRIÇÃO NO EXERCÍCIO		0,00	10.000,00	<b>DEPÓSITOS RESTITUIVEIS E VALORES VINCULADOS</b>		<b>430.304,23</b>	<b>558.810,02</b>
RP PROCESSADOS - INSCRIÇÃO NO EXERCÍCIO		563.400,15	589.110,68	ASSISTÊNCIA À SAÚDE - ADMINISTRAÇÃO PRÓPRIA		1.725,00	2.783,00
<b>DEPÓSITOS RESTITUIVEIS E VALORES VINCULADOS</b>		<b>405.091,84</b>	<b>566.324,62</b>	CONTRIBUIÇÃO AO RGPS		135.563,95	196.566,17
ASSISTÊNCIA À SAÚDE - ADMINISTRAÇÃO PRÓPRIA		1.725,00	2.865,00	IMPOSTO SOBRE A RENDA RETIDO NA FONTE - IRRF		62.845,68	225.928,75
CONTRIBUIÇÃO AO RGPS		115.022,46	192.724,23	ISS		6.411,11	1.882,30
IMPOSTO SOBRE A RENDA RETIDO NA FONTE - IRRF		61.073,25	227.492,07	OUTROS CONSIGNATÁRIOS		495,84	0,00
ISS		6.674,11	1.882,30	OUTROS DEPÓSITOS		6.349,04	0,00
OUTROS CONSIGNATÁRIOS		0,00	0,00	PENSÃO ALIMENTÍCIA		6.323,32	0,00
OUTROS DEPÓSITOS		0,00	0,00	RETENÇÕES - EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS		125.306,44	71.497,10
PENSÃO ALIMENTÍCIA		6.323,32	0,00	RETENÇÕES - ENTIDADES REPRESENTATIVAS DE CLASSES		0,00	591,00
RETENÇÕES - EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS		130.935,35	74.029,82	RPPS - RETENÇÕES SOBRE VENCIMENTOS E VANTAGENS		85.283,85	59.561,70
RETENÇÕES - ENTIDADES REPRESENTATIVAS DE CLASSES		3.197,00	2.561,00	<b>OUTROS PAGAMENTOS EXTRAORÇAMENTÁRIOS</b>		<b>15.879,27</b>	<b>0,00</b>
RPPS - RETENÇÕES SOBRE VENCIMENTOS E VANTAGENS		80.141,35	64.770,20	<b>VALORES EM TRÂNSITO REALIZÁVEIS A CURTO PRAZO</b>		<b>15.879,27</b>	<b>0,00</b>
<b>OUTROS RECEBIMENTOS EXTRAORÇAMENTÁRIOS</b>		<b>749,02</b>	<b>0,00</b>				

EDER MARCONE VIEIRA  
CONTADOR  
042.014.874-08

ELIEZER OLIVEIRA DE CARVALHO  
SECRETARIO DE FINANÇAS  
476.814.974-87

MARIA APARECIDA CORDEIRO DE CARVALHO  
SECRETARIA DE SAÚDE  
173.038.238-08



Documento Assinado Digitalmente por: EDER MARCONE VIEIRA, MATEUS EMÍLIO DE BARROS CALADO  
Assesment: https://epec-pe.gov.br/gn/v/validaDoc.aspx?Codigo do documento: 59.362.573.4694-1017ce88492d4

# FMS - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE TEREZINHA PE

## ANEXO 13 - BALANÇO FINANCEIRO

Orçamento Programa - Exercício de 2022

DEZEMBRO(31/12/2022)

Pág.: 2

### ISOLADO: 3 - FMS - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE TEREZINHA PE

INGRESSOS			DISPÊNDIOS				
ESPECIFICAÇÃO	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior	ESPECIFICAÇÃO	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
VALORES EM TRÂNSITO REALIZÁVEIS A CURTO PRAZO		749,02	0,00	<b>SALDOS P/O EXERC. SEGUINTE</b>		<b>406.220,71</b>	<b>371.972,42</b>
<b>SALDOS DO EXERC. ANTERIOR</b>		<b>371.972,42</b>	<b>1.233.695,18</b>	CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		406.220,71	371.972,42
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		371.972,42	1.233.695,18	APLICAÇÕES FINANCEIRAS DE LIQUIDEZ IMEDIATA		45.341,72	16.910,20
APLICAÇÕES FINANCEIRAS DE LIQUIDEZ IMEDIATA		16.910,20	6.086,50	CONTA ÚNICA		360.878,99	355.062,22
CONTA ÚNICA		355.062,22	1.227.608,68	<u>DEPÓSITOS RESTITUÍVEIS E VALORES VINCULADOS</u>		<u>0,00</u>	<u>0,00</u>
<u>DEPÓSITOS RESTITUÍVEIS E VALORES VINCULADOS</u>		<u>0,00</u>	<u>0,00</u>	<b>TOTAL</b>		<b>10.338.647,24</b>	<b>8.771.228,94</b>
<b>TOTAL</b>		<b>10.338.647,24</b>	<b>8.771.228,94</b>				

\_\_\_\_\_  
EDER MARCONE VIEIRA  
CONTADOR  
042.014.874-40

\_\_\_\_\_  
ELIEZER OLIVEIRA DE CARVALHO  
SECRETARIO DE FINANÇAS  
765.814.974-87

\_\_\_\_\_  
MARIA APARECIDA CORDEIRO DE CARVALHO  
SECRETARIA DE SAÚDE  
173.038.238-08



Documento Assinado Digitalmente por: EDER MARCONE VIEIRA. MATHIEUS EMIDIO DE BARROS CALADO  
Acesso em: https://eodetab.terezinhalpe.gov.br/epp/validaDoc.seam Código do documento: fc59c362-5735-469d-af1c-7ce88da942d4



# APRESENTAÇÃO

As Demonstrações Contábeis Consolidadas do Município (DCON) contemplam a execução e a análise dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, sendo materializadas tanto nos Balanços Patrimoniais, Orçamentário e Financeiro, nas Demonstrações das Variações Patrimoniais, dos Fluxos de Caixa e das Mutações do Patrimônio Líquido, extraídos do Sistema Contábil E-Pública, como nas respectivas Notas Explicativas. Durante a execução orçamentária e elaboração das demonstrações contábeis foram obedecidos os procedimentos estabelecidos pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) através das seguintes Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP):

NBC TSP ESTRUTURA CONCEITUAL	Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Informação Contábil de Propósito Geral pelas Entidades do Setor Público
NBC TSP 01	Receita de Transação sem Contraprestação
NBC TSP 02	Receita de Transação com Contraprestação
NBC TSP 03	Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes
NBC TSP 04	Estoques
NBC TSP 05	Contratos de Concessão de Serviços Públicos: Concedente
NBC TSP 06	Propriedade para Investimento
NBC TSP 07	Ativo Imobilizado
NBC TSP 08	Ativo Intangível
NBC TSP 09	Redução ao Valor Recuperável de Ativo Não Gerador de Caixa
NBC TSP 10	Redução ao Valor Recuperável de Ativo Gerador de Caixa
NBC T 16.7	Consolidação das Demonstrações Contábeis
NBC T 16.11	Sistema de Informação de Custos do Setor Público

Além dos normativos do CFC foram utilizados como base o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público 7ª Edição publicado pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN) com o objetivo da consolidação das contas nacionais através da Matriz de Saldos Contábeis (MSC) e a estrutura do “Contas Anuais” disponibilizada no Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro (SICONFI).

As demonstrações contábeis estão de acordo com as Instruções de Procedimentos Contábeis (IPC) de números: 00 – Plano de transição para implantação da nova contabilidade; 01 – Transferências de saldos contábeis e controle de restos a pagar; 02 – Reconhecimento dos créditos tributários pelo regime de competência; 03 – Encerramento de contas contábeis no PCASP; 04 – Metodologia para elaboração do Balanço Patrimonial; 05 – Metodologia para elaboração da Demonstração das Variações Patrimoniais; 06 – Metodologia para elaboração do Balanço Financeiro; 07 – Metodologia para elaboração do Balanço Orçamentário; 08 – Metodologia para elaboração da Demonstração do Fluxo de Caixa; 10 – Contabilização de Consórcios Públicos; 11 – Contabilização de retenções; 12 – Contabilização de cessão de bens móveis e imóveis; 13 – Contabilização de cessão de direitos creditórios; 14 – Procedimentos contábeis relativos ao RPPS; e 15 – Depósitos judiciais e extrajudiciais.

Todos os demonstrativos foram adaptados para as exigências do Anexo X, XI, XII, XIII, XIV e XV da Resolução, bem como foram criados “novos”



demonstrativos exigidos pelo Anexo I como por exemplo: o demonstrativo da dívida flutuante (Anexo XVI) e o demonstrativo dos recursos vinculados a saúde e educação (Anexo XVIII), dentre outros.

Foram feitos ajustes na estrutura dos balanços para atender as exigências do Índice de Consistência e Convergência Contábil (ICC) criado pelo TCE-PE.

Analisando os resultados de 2022 observamos que as receitas orçamentárias arrecadadas (correntes e de capital, exceto o refinanciamento da dívida) perfizeram R\$ 6.046.087,41 TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS R\$ 2.951.346,38 RECEBIMENTOS EXTRAS ORÇAMENTÁRIOS R\$ 969.241,01 SALDOS DO EXERCÍCIO ANTERIOR R\$ 371.972,42. Quanto às despesas orçamentárias (correntes e de capital, incluído o refinanciamento da dívida), houve empenhamento na ordem de R\$ 9.047.959,70, PAGAMENTOS EXTRAS ORÇAMENTÁRIOS R\$ 884.466,83 SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR R\$ 406220,71.

A seguir, são apresentadas as Notas Explicativas inerentes a DCON.

MARIA APARECIDA CORDEIRO DE CARVALHO

Secretária de Saúde

Documento Assinado Digitalmente por: EDER MARCONE VIEIRA, MATHEUS EMÍDIO DE BARROS CALADO  
Asses em: <https://tce.tce.pe.gov.br/validador/validador.asp>  
Código do documento: fe59c362-5735-469d-a1e1-7ce88da942d4



a)

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL			
CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA			
NÚMERO DE INSCRIÇÃO <b>09.111.921/0001-04</b> MATRIZ		COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	
		DATA DE ABERTURA <b>18/02/1993</b>	
NOME EMPRESARIAL <b>FMS - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE TEREZINHA-PE</b>			
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) <b>FMS - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE TEREZINHA-PE</b>			PORTE <b>DEMAIS</b>
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL <b>86.10-1-01 - Atividades de atendimento hospitalar, exceto pronto-socorro e unidades para atendimento a urgências</b>			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS <b>Não informada</b>			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA <b>133-3 - Fundo Público da Administração Direta Municipal</b>			
LOGRADOURO <b>R AGAMENON MAGALHAES</b>	NÚMERO <b>25-A</b>	COMPLEMENTO <b>*****</b>	
CEP <b>55.305-000</b>	BAIRRO/DISTRITO <b>CENTRO</b>	MUNICÍPIO <b>TEREZINHA</b>	UF <b>PE</b>
ENDEREÇO ELETRÔNICO <b>smsterezinha@hotmail.com</b>	TELEFONE <b>(87) 3792-1177 / (87) 3792-1123</b>		
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) <b>MUNICÍPIO DE TEREZINHA</b>			
SITUAÇÃO CADASTRAL <b>ATIVA</b>		DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL <b>18/02/1993</b>	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL			
SITUAÇÃO ESPECIAL <b>*****</b>		DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL <b>*****</b>	









**c.1.Referências cruzadas e notas explicativas:**

A seguir serão apresentadas de forma sistemática as referências cruzadas com o título "Nota" seguida do respectivo número baseadas em grupos de contas ou informações do demonstrativo contábil facilitando a interpretação dos usuários.



Documento Assinado Digitalmente por: EDER MARCONE VIEIRA, MATHEUS EMÍDIO DE BARROS CALADO  
Acesse em: <https://etec.tec.pe.gov.br/epv/validaDoc.seam?codigo=documento%2f59c362-5735-469d-a1c1-7ce88da942d4>

**Nota 1) RECEITA ORÇAMENTÁRIA:** O valor total das receitas públicas arrecadadas no exercício de 2022 foi de R\$ 6.046.087,43.

INGRESSOS			
ESPECIFICAÇÃO	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
<b>RECEITA ORÇAMENTÁRIA</b>		<b>6.046.087,43</b>	<b>3.726.465,41</b>
<b>TESOURO</b>		<b>2.319.746,69</b>	<b>1.899.793,26</b>
GERAL		0,00	3.276,54
ORDINARIO		0,00	31.692,00
SAUDE-COVID-19		14.544,00	72.297,71
SAÚDE-GERAL		2.225.013,85	1.776.488,86
SAÚDE-REMUNERAÇÃO APLICAÇÕES FINANCEIRAS		80.188,84	16.038,15
<b>TRANSFERÊNCIAS E CONVÊNIOS FEDERAIS-VINCULADOS</b>		<b>3.726.340,74</b>	<b>1.826.672,15</b>
SAÚDE		43.465,00	27.186,45
SAÚDE-GERAL		3.682.875,74	1.799.485,70

**Nota 2) TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS:** O valor contabilizado das transferências financeiras recebidas para execução orçamentária foi de R\$ 2.951.346,38.

<b>TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS</b>	<b>2.951.346,38</b>	<b>2.645.633,05</b>
<b>TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS PARA A EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA</b>	<b>2.951.346,38</b>	<b>2.645.633,05</b>
REPASSE RECEBIDO	2.951.346,38	2.645.633,05
TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS INDEPENDENTES DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS PARA APORTES DE RECURSOS PARA O RPPS	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS PARA APORTES DE RECURSOS PARA O RGPS	0,00	0,00

**Nota 3) RECEBIMENTOS EXTRAORÇAMENTÁRIOS:** Os ingressos extraorçamentários totalizam R\$ 1.165.435,30, sendo R\$ 566.324,62, decorrentes de depósitos, consignações bancárias e valores restituíveis, R\$ 599.110,68 relativo a inscrição dos restos a pagar.

<b>RECEBIMENTOS EXTRA-ORÇAMENTARIOS</b>	<b>969.241,01</b>	<b>1.165.435,30</b>
<b>INSCRIÇÃO DE RESTOS A PAGAR</b>	<b>563.400,15</b>	<b>599.110,68</b>
RP NÃO PROCESSADOS - INSCRIÇÃO NO EXERCÍCIO	0,00	10.000,00
RP PROCESSADOS - INSCRIÇÃO NO EXERCÍCIO	563.400,15	589.110,68
<b>DEPÓSITOS RESTITUÍVEIS E VALORES VINCULADOS</b>	<b>405.091,84</b>	<b>566.324,62</b>
ASSISTÊNCIA À SAÚDE - ADMINISTRAÇÃO PRÓPRIA	1.725,00	2.865,00
CONTRIBUIÇÃO AO RGPS	115.022,46	192.724,23
IMPOSTO SOBRE A RENDA RETIDO NA FONTE - IRRF	61.073,25	227.492,07
ISS	6.674,11	1.882,30
OUTROS CONSIGNATÁRIOS	0,00	0,00
OUTROS DEPÓSITOS	0,00	0,00
PENSÃO ALIMENTÍCIA	6.323,32	0,00
RETENÇÕES - EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	130.935,35	74.029,82
RETENÇÕES - ENTIDADES REPRESENTATIVAS DE CLASSES	3.197,00	2.561,00
RPPS - RETENÇÕES SOBRE VENCIMENTOS E VANTAGENS	80.141,35	64.770,20
<b>OUTROS RECEBIMENTOS EXTRAORÇAMENTÁRIOS</b>	<b>749,02</b>	<b>0,00</b>
VALORES EM TRÂNSITO REALIZÁVEIS A CURTO PRAZO	749,02	0,00

**Nota 4) SALDO EM ESPÉCIE DO EXERCÍCIO ANTERIOR:** O valor disponível em bancos em 31/12/2021 foi de R\$ 371.972,42.



**Nota 5) DESPESA ORÇAMENTÁRIA:** A despesa orçamentária empenhada no exercício foi de R\$ 9.047.959,70.

DISPÊNDIOS			
ESPECIFICAÇÃO	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
<b>DESPESA ORÇAMENTÁRIA</b>		<b>9.047.959,70</b>	<b>7.800.938,06</b>
<b>TESOURO</b>		<b>5.432.561,71</b>	<b>3.836.624,87</b>
ORDINARIO		2.714,10	0,00
SAUDE-COVID-19		14.526,50	209.986,30
SAÚDE-GERAL		5.415.321,11	3.626.638,57
<b>TRANSFERÊNCIAS E CONVÊNIOS FEDERAIS-VINCULADOS</b>		<b>3.615.397,99</b>	<b>3.964.313,19</b>
SAÚDE		66.961,40	5.180,10
SAUDE-COVID-19		0,00	267.256,97
SAÚDE-GERAL		3.548.436,59	3.691.876,12

**Nota 6) TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS:** O valor das transferências financeiras concedidas foi de R\$ 0,00.

**Nota 7) PAGAMENTOS EXTRAORÇAMENTÁRIOS:** Os desembolsos extraorçamentários totalizaram R\$ 884.466,83. Deste valor os restos a pagar processados e não processados somam R\$ 438.283,33, enquanto os depósitos, consignações e valores restituíveis somam R\$ 430.304,23.

PAGAMENTOS EXTRA-ORÇAMENTARIOS	884.466,83	598.318,46
<b>PAGAMENTOS DE RESTOS A PAGAR</b>	<b>438.283,33</b>	<b>39.508,44</b>
RP NÃO PROCESSADOS PAGOS	10.000,00	4.267,80
RP PROCESSADOS PAGOS	428.283,33	35.240,64
<b>DEPÓSITOS RESTITUÍVEIS E VALORES VINCULADOS</b>	<b>430.304,23</b>	<b>558.810,02</b>
ASSISTÊNCIA À SAÚDE - ADMINISTRAÇÃO PRÓPRIA	1.725,00	2.783,00
CONTRIBUIÇÃO AO RGPS	135.563,95	196.566,17
IMPOSTO SOBRE A RENDA RETIDO NA FONTE - IRRF	62.845,68	225.928,75
ISS	6.411,11	1.882,30
OUTROS CONSIGNATÁRIOS	495,84	0,00
OUTROS DEPÓSITOS	6.349,04	0,00
PENSÃO ALIMENTÍCIA	6.323,32	0,00
RETENÇÕES - EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	125.306,44	71.497,10
RETENÇÕES - ENTIDADES REPRESENTATIVAS DE	0,00	591,00
<b>CLASSES</b>		
RPPS - RETENÇÕES SOBRE VENCIMENTOS E VANTAGENS	85.283,85	59.561,70
<b>OUTROS PAGAMENTOS EXTRAORÇAMENTÁRIOS</b>	<b>15.879,27</b>	<b>0,00</b>
VALORES EM TRÂNSITO REALIZÁVEIS A CURTO PRAZO	15.879,27	0,00

**Nota 8) SALDO EM ESPÉCIE PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE:** O valor disponível em bancos em 31/12/2022 foi de R\$ 406.220,71 Estes valores encontram-se na linha “Investimentos e aplicações temporárias a curto prazo” no Ativo Circulante do Balanço Patrimonial.



## D) OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES:

<b>d.1.Passivos contingentes e compromissos contratuais não reconhecidos:</b> Os ativos e passivos contingentes poderão ser reconhecidos nas demonstrações contábeis nas contas de controle dos atos potenciais ativos e passivos.
<b>d.2.Divulgações não financeiras:</b> Não se aplica a este demonstrativo.
<b>d.3.Reconhecimento de inconformidades que podem afetar a compreensão do usuário sobre o desempenho e o direcionamento das operações da entidade no futuro:</b> Não há registro de eventos que possam afetar a compreensão do usuário quanto ao desempenho futuro das operações da entidade.
<b>d.4.Ajustes decorrentes da omissão e erros de registros:</b> Não há o que registrar quanto a este demonstrativo

e) SALDOS SIGNIFICATIVOS DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA MANTIDOS, MAS QUE NÃO ESTEJAM DISPONÍVEIS PARA USO IMEDIATO POR RESTRIÇÕES LEGAIS OU CONTROLE CAMBIAL:

Saldo em 31/12/2021	Saldo em 31/12/2022
R\$ 0,00	R\$ 0,00

F) INFORMAÇÕES RELEVANTES SOBRE FINANCIAMENTOS QUE NÃO ENVOLVEM O USO DE CAIXA:

SALDO EM 31/12/2021	SALDO EM 31/12/2022
0,00	0,00



## G) INFORMAÇÕES ADICIONAIS EXIGIDAS PELO ANEXO X E XI DA RESOLUÇÃO TCE-PE Nº 189/2022 E PELO ÍNDICE DE CONSISTÊNCIA E CONVERGÊNCIA CONTÁBIL (ICC) DO TCE-PE:

### G.1.Estrutura e Apresentação das Demonstrações Contábeis:

Esta demonstração contábil atende as exigências do Índice de Consistência Contábil (ICC) do TCE-PE, apresentando a receita orçamentária realizada e a despesa orçamentária executada, por fonte/destinação de recursos discriminando as ordinárias e as vinculadas; os recebimentos e pagamentos extraorçamentários; as transferências financeiras recebidas e concedidas decorrentes ou independentes da execução orçamentária; e o saldo em espécie do exercício anterior e para o exercício seguinte (caixa e equivalente de caixa e depósitos restituíveis e valores vinculados). O demonstrativo também evidencia em coluna específica os valores do exercício anterior permitindo a comparação de valores e a análise vertical ou horizontal. Por fim, o demonstrativo apresenta consistência entre as contas filhas e mães dos grupos de contas.

### G.2.Eventuais Ajustes relacionados às Retenções e Outras Operações que impactem no Balanço

**Financeiro:** As retenções são consideradas como pagas no momento do pagamento, em contrapartida com as contas do grupo extraorçamentários e apropriados orçamentariamente para cada caso, não implicando em interferência no saldo em espécie que necessitem de eventuais ajustes.

## H) PLANO DE IMPLANTAÇÃO DOS PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS PATRIMONIAIS (PIPCP) CONFORME PORTARIA STN Nº 548/2015:

PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS ORÇAMENTÁRIOS - PARTE I DO MCASP				
AÇÃO	Adoção do Procedimento Contábeis Orçamentários			
SUBAÇÃO		REPONSÁVEL	PRAZO FINAL	SITUAÇÃO ATUAL
1	O orçamento foi elaborado seguindo as normas estabelecidas pela Secretaria do Tesouro Nacional, observando todos os princípios orçamentários e a Lei Federal nº 4320/64. As receitas da Câmara são originadas das receitas orçamentárias do Município, transferidas de recursos não vinculados e na forma de transferências para manutenção do poder legislativo.	Setor de Contabilidade	02/01/2015	Concluída
2	Classificação da Receita Orçamentária A receita orçamentária da Câmara é classificada como transferência financeira	Setor de Contabilidade	02/01/2015	Concluída
3	A despesa está distribuída em Classificação Institucional, Classificação funcional e pela natureza, distribuído em Categoria Econômica, Grupo de Natureza de Despesa, Elemento de Despesa e modalidade de aplicação.	Setor de Contabilidade	02/01/2015	Concluída
	O sistema orçamentário está interligado com o sistema contábil, oferecendo			



4	oportunidade para acompanhar a execução orçamentária através do sistema contábil.	Setor de Contabilidade	02/01/2015	Concluída
5	Adoção dos Procedimentos contábeis Orçamentários	Setor de Contabilidade	Imediato	Concluída
<b>PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS PATRIMONIAIS - PARTE II DO MCASP</b>				
<b>AÇÃO</b>	<b>1. Recolhimento, mensuração e evidênciação dos demais créditos a receber, bem como dos respectivos encargos, multas e ajustes para perdas.</b>			
<b>SUBAÇÃO</b>		<b>REPONSÁVEL</b>	<b>PRAZO FINAL</b>	<b>SITUAÇÃO ATUAL</b>
1	Preparação do sistema de informática utilizado pela Câmara para elaboração do Balanço Patrimonial evidenciando os créditos a receber	Setor de Contabilidade	Imediato	Concluída
2	O Balanço Patrimonial é apresentado segundo as orientações do MCAPS, com o Ativo e o Passivo distribuído em Ativo Circulante e Ativo não Circulante Passivo Circulante e Passivo não Circulante. Demonstrando, ainda o Ativo e Passivo Financeiro e Permanente, segundo a Lei 4.320/64.	Setor de Contabilidade	Imediato	Concluída
3	Reconhecimento, mensuração e evidênciação de Créditos a receber	Setor de Contabilidade	Imediato	Concluída
<b>AÇÃO</b>	<b>2. Reconhecimento, mensuração e evidênciação das obrigações e provisões por competência</b>			
<b>SUBAÇÃO</b>		<b>REPONSÁVEL</b>	<b>PRAZO FINAL</b>	<b>SITUAÇÃO ATUAL</b>
1	Reconhecimento e mensuração das obrigações com Fornecedores	Setor de Contabilidade	31/12/2021	Concluída
2	Reconhecimento e mensuração das obrigações previdenciárias por Competênc	Setor de Contabilidade	31/12/2021	Concluída
3	Sistema informatizado adequado à metodologia de registro de obrigações e provisões por competência	Setor de Contabilidade	31/12/2021	Concluída
<b>AÇÃO</b>	<b>3. Evidênciação de ativos e passivos contingentes em contas de controle e em notas explicativas</b>			
<b>SUBAÇÃO</b>		<b>REPONSÁVEL</b>	<b>PRAZO FINAL</b>	<b>SITUAÇÃO ATUAL</b>
1	Verificar os ativos e passivos contingentes que devem ser lançados em contas de controle e em notas explicativas	Setor de Contabilidade	31/12/2021	Concluída
<b>AÇÃO</b>	<b>4. Reconhecimento, mensuração e evidênciação dos bens móveis e imóveis; respectiva depreciação ou exaustão; reavaliação e redução ao valor recuperável.</b>			
<b>SUBAÇÃO</b>		<b>REPONSÁVEL</b>	<b>PRAZO FINAL</b>	<b>SITUAÇÃO ATUAL</b>
1	Reconhecimnto e evidênciação dos bens móveis, avaliação e depreciação	Setor de Contabilidade	31/12/2020	Concluída
2	Reconhecimnto e evidênciação dos bens imóveis, avaliação e depreciação	Setor de Contabilidade	31/12/2021	Concluída
<b>AÇÃO</b>	<b>5. Reconhecimento, mensuração e evidênciação das obrigações por competência decorrentes de benefícios a empregados (ex.: 13º salário, férias, etc.).</b>			
<b>SUBAÇÃO</b>		<b>REPONSÁVEL</b>	<b>PRAZO FINAL</b>	<b>SITUAÇÃO ATUAL</b>
1	Obrigações e Provisões para o 13º salário Obrigações decorrentes do 13º salário, por competencia, devidas a servidores efetivos, comissionados e contratados.	Setor de Contabilidade	31/12/2018	Concluída
2	Obrigações e Provisões para férias Obrigações decorrentes de férias adquiridas, por competencia, devidas a servidores efetivos, comissionados e contratados.	Setor de Contabilidade	31/12/2018	Concluída
<b>AÇÃO</b>	<b>6. Reconhecimento, mensuração e evidênciação das obrigações com fornecedores por competência.</b>			
<b>SUBAÇÃO</b>	<b>PRODUTO</b>	<b>REPONSÁVEL</b>	<b>PRAZO FINAL</b>	<b>SITUAÇÃO ATUAL</b>
1	Empenhamento da Despesa por competência	Secretaria da Câmara	Realizado	Concluída
2	Processamento da Despesa por competência	Secretaria da Câmara	Realizado	Concluída
<b>AÇÃO</b>	<b>7. Recolhimento, mensuração e evidênciação das demais obrigações por competência.</b>			
<b>SUBAÇÃO</b>		<b>REPONSÁVEL</b>	<b>PRAZO FINAL</b>	<b>SITUAÇÃO ATUAL</b>
1	Demais obrigações lançadas por competência	Secretaria da Câmara	a ser definido	Concluída
<b>AÇÃO</b>	<b>8. Recolhimento, mensuração e evidênciação de software, marcas, patentes, licenças e congêneres, classificados como intangíveis e eventuais amortização, reavaliação e redução ao valor recuperável.</b>			

Documento Assinado Digitalmente por: EDER MARCONE VEIKRA MATHEUS EMILIO DE BARROS CAVALDU  
 Acesse em: <https://ctce.de.pe.gov.br/ep/validaDoc.seam?CodigoDoc=59636257354594a1e17ce88da942d4>



SUBAÇÃO		REPONSÁVEL	PRAZO FINAL	SITUAÇÃO ATUAL
1	Mensuração e evidenciação de bens intangíveis Adequação do sistema para reconhecimento e contabilização dos bensintangíveis	Setor de Contabilidade	31/12/2022	Concluída

## TEREZINHA, 31 de dezembro de 2022.

MARIA APARECIDA CORDEIRO DE CARVALHO

SERC. DE SAÚDE

CPF: 173.038.238-08

Eder Marccone Vieira

Contador

CRC/PE nº 027904/0-8

Documento Assinado Digitalmente por: EDER MARCCONE VIEIRA, MATHEUS EMÍDIO DE BARROS CALADO  
Acesse em: <https://etce.tce.pe.gov.br/pp/validaDoc.seam> Código do documento: f659e362-5735-469d-a1c1-7ce88da942d4





# FUNDO MUNICIPAL ASSISTÊNCIA SOCIAL



Documento Assinado Digitalmente por: EDER MARCONI VEIRA A. MATHEUS EMÍDIO DE BARROS CALADO  
Acesse em: <https://ctce.cte.pe.gov.br/epv/validaDoc.semi> Código do documento: fc59c362-5735-469d-a1c1-7ce88da942d4

## *Balanco Financeiro* **PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAIS**

# PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAIS DE GESTÃO

# 2020

# 2021

# FMAS - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DE TEREZINHA

## ANEXO 13 - BALANÇO FINANCEIRO

Orçamento Programa - Exercício de 2022

DEZEMBRO(31/12/2022)

Pág.: 1

### ISOLADO: 4 - FMAS - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DE TEREZINHA

INGRESSOS			DISPÊNDIOS				
ESPECIFICAÇÃO	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior	ESPECIFICAÇÃO	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
<b>RECEITA ORÇAMENTÁRIA</b>		<b>2.311.248,66</b>	<b>443.105,23</b>	<b>DESPA ORÇAMENTÁRIA</b>		<b>2.150.027,50</b>	<b>1.146.188,23</b>
TESOURO		1.767.296,52	328.918,66	TESOURO		1.777.545,29	762.533,29
ASSISTÊNCIA SOCIAL		69.300,69	165.385,07	ASSISTÊNCIA SOCIAL-GERAL		1.777.545,29	762.533,29
ASSISTÊNCIA SOCIAL-GERAL		1.636.760,88	163.399,00	TRANSFERÊNCIAS E CONVÊNIOS FEDERAIS-VINCULADOS		372.482,21	383.654,98
ASSISTÊNCIA SOCIAL-REMUN.APLIC.FINANC. GERAL		61.234,95	82,02	ASSISTÊNCIA SOCIAL-GERAL		372.482,21	383.654,98
GERAL		0,00	52,57	<b>TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS</b>		<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
TRANSFERÊNCIAS E CONVÊNIOS FEDERAIS-VINCULADOS		543.952,14	114.186,57	TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS PARA A EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA		0,00	0,00
ASSISTÊNCIA SOCIAL		492.937,65	114.186,57	TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS - INDEPENDENTES DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA		0,00	0,00
ASSISTÊNCIA SOCIAL-GERAL		51.014,49	0,00	TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS PARA APORTES DE RECURSOS PARA O RPPS		0,00	0,00
<b>TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS</b>		<b>671.801,32</b>	<b>625.721,63</b>	TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS PARA APORTES DE RECURSOS PARA O RGPS		0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS PARA A EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA		671.801,32	625.721,63	<b>PAGAMENTOS EXTRA-ORÇAMENTARIOS</b>		<b>135.948,32</b>	<b>95.310,51</b>
REPASSE RECEBIDO		671.801,32	625.721,63	PAGAMENTOS DE RESTOS A PAGAR		70.984,79	15.487,23
TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS INDEPENDENTES DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA		0,00	0,00	RP NÃO PROCESSADOS PAGOS		0,00	6.107,10
TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS PARA APORTES DE RECURSOS PARA O RPPS		0,00	0,00	RP PROCESSADOS PAGOS		70.984,79	9.380,13
TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS PARA APORTES DE RECURSOS PARA O RGPS		0,00	0,00	DEPÓSITOS RESTITUÍVEIS E VALORES VINCULADOS		64.963,53	79.823,28
<b>RECEBIMENTOS EXTRA-ORÇAMENTARIOS</b>		<b>227.709,95</b>	<b>167.999,28</b>	CONTRIBUIÇÃO AO RGPS		28.614,04	25.225,55
INSCRIÇÃO DE RESTOS A PAGAR		132.136,87	100.065,63	IMPOSTO SOBRE A RENDA RETIDO NA FONTE - IRRF		10.734,47	11.063,47
RP PROCESSADOS - INSCRIÇÃO NO EXERCÍCIO		132.136,87	100.065,63	ISS		5.280,15	380,20
DEPÓSITOS RESTITUÍVEIS E VALORES VINCULADOS		95.573,08	67.933,65	OUTROS VALORES RESTITUÍVEIS		0,00	41.868,85
CONTRIBUIÇÃO AO RGPS		46.999,19	40.107,75	RETENÇÕES - EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS		19.023,72	226,41
IMPOSTO SOBRE A RENDA RETIDO NA FONTE - IRRF		10.883,19	11.063,47	RPPS - RETENÇÕES SOBRE VENCIMENTOS E VANTAGENS		1.311,15	1.058,82
ISS		5.329,55	380,20	<b>SALDOS P/O EXERC. SEGUINTE</b>		<b>977.749,48</b>	<b>52.965,37</b>
OUTROS VALORES RESTITUÍVEIS		10.350,00	15.097,00	CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		977.749,48	52.965,37
RETENÇÕES - EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS		20.700,00	226,41	APLICAÇÕES FINANCEIRAS DE LIQUIDEZ IMEDIATA		46.748,67	152,40
RPPS - RETENÇÕES SOBRE VENCIMENTOS E VANTAGENS		1.311,15	1.058,82	CONTA ÚNICA		931.000,81	52.812,97
<b>SALDOS DO EXERC. ANTERIOR</b>		<b>52.965,37</b>	<b>57.637,97</b>	DEPÓSITOS RESTITUÍVEIS E VALORES VINCULADOS		0,00	0,00
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		52.965,37	57.637,97	<b>TOTAL</b>		<b>3.263.725,30</b>	<b>1.294.464,11</b>
APLICAÇÕES FINANCEIRAS DE LIQUIDEZ IMEDIATA		152,40	60,02				
CONTA ÚNICA		52.812,97	57.577,95				
DEPÓSITOS RESTITUÍVEIS E VALORES VINCULADOS		0,00	0,00				
<b>TOTAL</b>		<b>3.263.725,30</b>	<b>1.294.464,11</b>				

EDER MARCONE VIEIRA  
CONTADOR  
042.014.874-40

ELIEZER OLIVEIRA DE CARVALHO  
SECRETARIO DE FINANÇAS  
765.814.974-87

JOSÉ AILSON SOUZA DA SILVA  
SECRETARIO DE ASSISTENTE SOCIAL  
275.512.428-80



Documento Assinado Digitalmente por: EDER MARCONE VIEIRA. MATHEUS EMÍDIO DE BARROS CALADO  
Assessem: https://etce.fce.gov.br/gppv/validaDoc.aspx?CodigoDoDocumento=5936257354694101-7ce88da942d4

# FMAS - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DE TEREZINHA

## ANEXO 13 - BALANÇO FINANCEIRO

Orçamento Programa - Exercício de 2022

DEZEMBRO(31/12/2022)



Pág.: 2

### ISOLADO: 4 - FMAS - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DE TEREZINHA

INGRESSOS			DISPÊNDIOS				
ESPECIFICAÇÃO	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior	ESPECIFICAÇÃO	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior

Documento Assinado Digitalmente por: EDER MARCONE VIEIRA. MATHEUS EMÍDIO DE BARROS CALADO  
Acesse em: <https://etpc.tce.pe.gov.br/epp/validaDoc.seam> Código do documento: fc59c362-5735-469d-a1c1-7ce88da942d4

EDER MARCONE VIEIRA  
CONTADOR  
042.014.874-40

ELIEZER OLIVEIRA DE CARVALHO  
SECRETARIO DE FINANÇAS  
765.814.974-87

JOSÉ AILSON SOUZA DA SILVA  
SECRETARIO DE ASSISTENTE SOCIAL  
275.512.428-80



# APRESENTAÇÃO

As Demonstrações Contábeis Consolidadas do Município (DCON) contemplam a execução e a análise dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, sendo materializadas tanto nos Balanços Patrimoniais Orçamentário e Financeiro, nas Demonstrações das Variações Patrimoniais, dos Fluxos de Caixa e das Mutações do Patrimônio Líquido, extraídos do Sistema Contábil E-Pública, como nas respectivas Notas Explicativas. Durante a execução orçamentária e elaboração das demonstrações contábeis foram obedecidos os procedimentos estabelecidos pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) através das seguintes Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP):

NBC TSP ESTRUTURA CONCEITUAL	Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Informação Contábil de Propósito Geral pelas Entidades do Setor Público
NBC TSP 01	Receita de Transação sem Contraprestação
NBC TSP 02	Receita de Transação com Contraprestação
NBC TSP 03	Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes
NBC TSP 04	Estoques
NBC TSP 05	Contratos de Concessão de Serviços Públicos: Concedente
NBC TSP 06	Propriedade para Investimento
NBC TSP 07	Ativo Imobilizado
NBC TSP 08	Ativo Intangível
NBC TSP 09	Redução ao Valor Recuperável de Ativo Não Gerador de Caixa
NBC TSP 10	Redução ao Valor Recuperável de Ativo Gerador de Caixa
NBC T 16.7	Consolidação das Demonstrações Contábeis
NBC T 16.11	Sistema de Informação de Custos do Setor Público

Além dos normativos do CFC foram utilizados como base o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público 7ª Edição publicado pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN) com o objetivo da consolidação das contas nacionais através da Matriz de Saldos Contábeis (MSC) e a estrutura do “Contas Anuais” disponibilizada no Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro (SICONFI).

As demonstrações contábeis estão de acordo com as Instruções de Procedimentos Contábeis (IPC) de números: 00 – Plano de transição para implantação da nova contabilidade; 01 – Transferências de saldos contábeis e controle de restos a pagar; 02 – Reconhecimento dos créditos tributários pelo regime de competência; 03 – Encerramento de contas contábeis no PCASP; 04 – Metodologia para elaboração do Balanço Patrimonial; 05 – Metodologia para elaboração da Demonstração das Variações Patrimoniais; 06 – Metodologia para elaboração do Balanço Financeiro; 07 – Metodologia para elaboração do Balanço Orçamentário; 08 – Metodologia para elaboração da Demonstração do Fluxo de Caixa; 10 – Contabilização de Consórcios Públicos; 11 – Contabilização de retenções; 12 – Contabilização de cessão de bens móveis e imóveis; 13 – Contabilização de cessão de direitos creditórios; 14 – Procedimentos contábeis relativos ao RPPS; e 15 – Depósitos judiciais e extrajudiciais.

Todos os demonstrativos foram adaptados para as exigências do Anexo X, XI, XII, XIII, XIV e XV da Resolução, bem como foram criados “novos”



Documento Assinado Digitalmente por: JERSON MARCO NEVES DE MATEUS EMÍDIO DE BARROS CALADO  
Acesse em: [https://tce.pe.gov.br/pepp/validaDoc.aspx?Codigo\\_documento:fc59c362-5735-469d-a1e1-7ce88da942d4](https://tce.pe.gov.br/pepp/validaDoc.aspx?Codigo_documento:fc59c362-5735-469d-a1e1-7ce88da942d4)

demonstrativos exigidos pelo Anexo I como por exemplo: o demonstrativo da dívida fluante (Anexo XVI) e o demonstrativo dos recursos vinculados a saúde e educação (Anexo XVIII), dentre outros.

Foram feitos ajustes na estrutura dos balanços para atender as exigências do Índice de Consistência e Convergência Contábil (ICC) criado pelo TCE-PE.

Analisando os resultados de 2022 observamos que as receitas orçamentárias arrecadadas (corrente e de capital, exceto o refinanciamento da dívida) perfizeram R\$ 2.311.248,66, TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS R\$ 671.801,32 RECEBIMENTOS EXTRAS ORÇAMENTÁRIOS R\$ 227.709,95 SALDOS DO EXERCÍCIO ANTERIOR 52.965,37. Quanto às despesas orçamentárias (corrente e de capital, incluído o refinanciamento da dívida), houve empenhamento na ordem de R\$ 2.150.027,50, PAGAMENTOS EXTRAS ORÇAMENTÁRIOS R\$ 135.948,32 SALDO PARA EXERCÍCIO SEGUINTE R\$ 977.749,48.

A seguir, são apresentadas as Notas Explicativas inerentes a DCON.

**JOSÉ AILSON SOUZA DA SILVA**

SECRETARIO DE ASSISTENCIA SOCIAL

CPF:275.512.428-8



<b>Nome do órgão ou entidade:</b> FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL CNPJ: 15.783.195/0001-60
<b>CNPJ:</b> 09.111.921/0001-04
<b>Domicílio do órgão ou entidade:</b> Avenida Getúlio Vargas, S/N – CEP: 55305-000. CODIGO DO MUNICÍPIO: 2615102
<b>Natureza das operações e principais atividades do órgão ou entidade:</b> A Prefeitura Municipal de Terezinha concebida quanto a natureza jurídica perante a Receita Federal do Brasil através do código 1200-00 “Município” possui como atividade principal “a administração pública geral”. Tem como atividade principal a manutenção das ações de serviços públicos municipais, bem como a realização de investimentos necessários no serviço público e infraestrutura urbana. A natureza de suas operações deriva da arrecadação de tributos e demais receitas correntes, além de repasses dos governos estaduais e federal através dos repasses fundo a fundo ou de convênios (receitas de capital). A população estimada pelo IBGE é de 6.600 habitantes, tendo como coeficiente do Fundo de Participação dos Municípios (FPM) o índice de 0,6.
<b>Declaração de conformidade com a legislação e com as normas de contabilidade aplicáveis:</b> Este balanço contábil foi elaborado de acordo com a estrutura definida na Lei Federal nº 4.320/64, atualizado pelas Portaria Conjunta STN/SOF nº 06, de 17 de dezembro de 2018, Portaria Conjunta STN/SOF nº 07, de 18 de dezembro de 2018 e Portaria STN nº 840, de 21 de dezembro de 2016 que estabeleceu o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) 7ª Edição. Os registros contábeis estão aderentes às regras estabelecidas nas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP) do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), com destaque para a NBC TSP Estrutura Conceitual e NBC TSP 16.7 Consolidação das Demonstrações Contábeis. As situações contábeis não previstas na legislação e nas normas de contabilidade foram tratadas segundo as regras do International Federation of Accountants (IFAC) através das International Public Sector Accounting Standards (IPSAS) das quais destacamos as normas número 9, 12, 16, 17, 19, 21, 23, 26, 31, 32. Quanto aos aspectos de escrituração e consolidação das contas este demonstrativo atende às exigências contidas no art. 50 da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). Por fim, declaramos que este demonstrativo atende às exigências normativas e legais estabelecidas para a contabilidade aplicada ao setor público e está aderente às regras estabelecidas pelo Índice de Consistência e Convergência Contábil (ICC) do TCE-PE.
<b>Dados do gestor (Prefeito do Município):</b> Nome: Matheus Emídio de Barros Calado. Cargo: Prefeito. Período de gestão: 01/01/2022 a 31/12/2022
<b>Dados do contador da Prefeitura e demais Fundos responsável pelos aspectos formais das demonstrações contábeis, consolidação e elaboração das notas explicativas:</b> Nome: Eder Marconi Vieira. CRC-PE nº PE-027904/O-8. E-mail: eddervieira@gmail.com
<b>Dados do Secretário de Finanças responsável pela execução orçamentária, financeira e patrimonial Prefeitura Municipal:</b> Nome: Eliezer Oliveira de Carvalho. CPF: 765.814.974-87 E-mail: Eliezer_oliveira1@hotmail.com
<b>Dados do Controlador Geral do Município:</b> Nome: JORDALINO CAVALCANTE NETO.
<b>Nome do Software de Contabilidade utilizado no município:</b> Fiorilli – SCPI
<b>Endereço eletrônico do Portal da Transparência:</b> <a href="http://terezinha.pe.gov.br/transparencia">www. http://terezinha.pe.gov.br/transparencia</a>





## b) RESUMO DAS POLÍTICAS CONTÁBEIS SIGNIFICATIVAS

### b.1. Resumo das políticas contábeis significativas:

Os registros dos atos e fatos que deram suporte a elaboração desta demonstração, seguiram os princípios contábeis da entidade: continuidade, oportunidade, registro pelo valor original, competência e prudência, implícitos nas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP). Os lançamentos nos sistemas orçamentário e patrimonial foram realizados pelo método das partidas dobradas em atendimento ao art. 86 da Lei Federal nº 4.320/64. A estrutura das demonstrações contábeis obedeceu às regras estabelecidas na parte V do MCASP 7ª Edição da Secretaria do Tesouro Nacional (STN). Na consolidação das demonstrações contábeis não foi considerado o 5º nível igual a 2 do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP). A Nota 1 “a” do Anexo I da Resolução TC nº 189/2022 trata da necessidade de agregação (soma) dos dados contábeis das entidades não de exclusão de contas do 5º nível. A moeda funcional do município é o real (R\$). Não houve registros em moedas estrangeiras que viessem a ser convertidas para a moeda funcional vigente.

**b.2. Bases de mensuração utilizadas:** O balanço financeiro foi elaborado sobre o regime misto (caixa para as receitas e competência para as despesas) conforme art. 35 da Lei Federal nº 4.320/64. Para tanto, a execução orçamentária e fiscal dos fatos contábeis se baseou nas políticas de registros patrimoniais dos grupos descritos a seguir:

**b.2.1 O caixa e equivalente de caixa:** Incluem dinheiro, demais valores depositados em instituições bancárias e aplicações de liquidez imediata. Os valores são mensurados e avaliados pelo valor de custo, e quando estes recursos são aplicados, são acrescidos os rendimentos auferidos até a data das demonstrações contábeis.

Em algumas situações poderão estar registrados no caixa e equivalentes de caixa, valores no grupo “depósitos restituíveis”, que são ativos financeiros de natureza extraorçamentária e que representam entradas transitórias do atributo “F” de financeiro. Poderá a equipe contábil, analisado cada caso, e decorrente do prazo de realização destes valores, proceder os lançamentos de ajustes do curto para o longo prazo, alterando o atributo das contas para “P” de permanente, sempre utilizando variações patrimoniais aumentativas e diminutivas, ao tempo que não prejudica o resultado do exercício.

**b.2.2 Créditos a curto prazo:** Compreendem os direitos a receber a curto prazo relacionados, principalmente, com créditos tributários; créditos não tributários; dívida ativa; transferências concedidas; empréstimos e financiamentos concedidos adiantamentos; e valores a compensar. Os valores são mensurados e avaliados pelo valor original, acrescido das atualizações monetárias e juros, quando aplicável. É registrado também o ajuste para perdas, com base na análise dos riscos de realização dos créditos a receber.

**b.2.3 Investimentos e aplicações temporárias a curto prazo:** São as aplicações de recursos em títulos e valores mobiliários, não destinadas à negociação e que não fazem parte das atividades operacionais do município. Os valores são avaliados e mensurados pelo valor de custo e, quando aplicável, são acrescidos dos rendimentos auferidos até a data das demonstrações contábeis. Quando mensuráveis, são registrados os ajustes para perdas de tais ativos.

**b.2.4 Estoques:** Compreendem as mercadorias para uso (dentre elas, os estoques reguladores do município), os produtos acabados e os em elaboração, almoxarifado e adiantamento a fornecedores. Na entrada, esses bens são avaliados pelo valor de aquisição ou produção/construção. O método para mensuração e avaliação das saídas dos estoques é o custo médio ponderado. Há, também, a possibilidade de redução de valores do estoque, mediante as contas para ajustes para perdas ou para redução ao valor de mercado, quando o valor registrado estiver superior ao valor de mercado. Os estoques, são avaliados mensurados da seguinte forma: nas entradas, pelo valor de aquisição ou produção; e nas saídas, pelo custo médio ponderado. Para os ativos desse item, quando mensuráveis, são registrados os ajustes para perdas.

**b.2.5 Ajuste para perdas dos créditos tributários:** Os créditos tributários são ajustados contabilmente com base no percentual de perda real calculado sobre o saldo do estoque da dívida em 01 de janeiro de 2022, em comparação com o valor efetivamente arrecadado até o dia 31 de dezembro de 2022, o qual apresentará o percentual de efetividade de arrecadação e de perda. Desta forma, ao se identificar o percentual de perda de arrecadação é realizado lançamento em contaretificadora de ativo do montante provável de insucesso de arrecadação.

**b.2.6 Imobilizado:** O imobilizado é composto pelos bens móveis e imóveis. É reconhecido inicialmente com base no valor de aquisição, construção ou produção. Após o reconhecimento inicial, ficam sujeitos à depreciação, amortização ou exaustão (quando possuírem vida útil definida), bem como à redução ao valor recuperável e à reavaliação. Os gastos posteriores à aquisição, construção ou produção são incorporados ao valor do imobilizado desde que tais gastos aumentem a vida útil do bem e sejam capazes de gerar benefícios econômicos futuros. Se os gastos não gerarem tais benefícios, eles são reconhecidos diretamente como variações patrimoniais diminutivas do período.

O setor de patrimônio do município deverá fornecer em tempo hábil ao setor contábil as informações sintéticas do imobilizado, inclusive com os valores relativos a depreciação, amortização e/ou exaustão, os valores da redução ao valor recuperável (impairment) e possíveis reavaliações. Quando estas informações não são disponibilizadas o imobilizado apresenta equivocadamente aumento de valor sem os devidos ajustes determinados pelos normativos contábeis.

**b.2.7 Intangível:** Os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos, destinados à manutenção da atividade pública ou



exercidos com essa finalidade, devem ser mensurados ou avaliados com base no valor de aquisição ou de produção, deduzido o saldo da respectiva conta de amortização acumulada (quando possuírem vida útil definida) e o montante acumulado de quaisquer perdas do valor que tenham sofrido ao longo de sua vida útil por redução ao valor recuperável (*impairment*). No entanto, tais práticas contábeis ainda não estão profundamente adotadas, especialmente o registro de amortização e redução ao valor recuperável do intangível.

**b.2.8 Reavaliação, redução ao valor recuperável, depreciação, amortização e exaustão:** Os procedimentos para registro da reavaliação, redução a valor recuperável, depreciação, amortização e exaustão na Administração Pública Direta, suas autarquias e fundações, tem como base legal a Lei nº 4.320/64, a LC nº 101/2000, as NBCASP e o MCASP. Por simetria, adotando os critérios de mensuração utilizados pelo governo federal sugerimos a utilização dos procedimentos contábeis do Manual SIAFIWeb, Macrofunção 020330, disponível no sítio da STN e na Portaria Conjunta STN/SPU nº 3/2014.

**b.2.9 Passivo circulante e não circulante:** As obrigações do município são evidenciadas por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos das variações monetárias e cambiais ocorridas até a data das demonstrações contábeis. Os passivos circulantes e não circulantes apresentam a seguinte divisão: obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais; empréstimos e financiamentos; fornecedores e contas a pagar; obrigações fiscais; obrigações de repartições a outros entes (exclusivo no passivo circulante); provisões; e demais obrigações. Além disso, o resultado diferido consta especificamente do passivo não circulante.

**b.2.10 Empréstimos e financiamentos:** Compreendem as obrigações financeiras, internas e externas, do município título de empréstimos, bem como as aquisições financiadas efetuadas diretamente com o fornecedor. Os empréstimos são segregados em dívida mobiliária (emissão de títulos da dívida pública) e dívida contratual (contratos de empréstimos). Os empréstimos são avaliados observando-se os seguintes critérios: I. Dívida Pública Mobiliária Interna (DPMI): pelo valor a pagar ao final do período, incluindo os deságios, juros e encargos por competência devidos até o fechamento do exercício; II. Dívida Pública Externa (DPE): por seu saldo devedor (principal, acrescido dos juros apropriados por competência de cada obrigação). realizada a conversão da moeda estrangeira para a moeda nacional, de acordo com a cotação cambial da data de elaboração das demonstrações contábeis.

**b.2.11 Provisões:** As provisões estão segregadas em seis categorias: riscos trabalhistas; riscos fiscais; riscos cíveis; repartição de créditos tributários; provisões matemáticas; e outras. As provisões são reconhecidas quando é provável a saída de recursos no futuro e é possível estimar o seu valor com suficiente segurança. São atualizadas até a data das demonstrações contábeis pelo montante provável de perda, observadas suas naturezas e os relatórios técnicos emitidos pelas áreas responsáveis. As provisões matemáticas previdenciárias (passivo atuarial) referentes ao Regime Próprio de Previdência Social (RPPS) dos servidores civis do município, está registrada no passivo não circulante.

**b.2.12 Apuração do resultado:** No modelo de contabilidade aplicada ao setor público, é possível a apuração dos seguintes resultados: I. Patrimonial; II. Orçamentário; e III. Financeiro. A apuração do resultado patrimonial consiste no confronto das variações patrimoniais aumentativas (VPA) e das variações patrimoniais diminutivas (VPD). As VPA são reconhecidas quando for provável que benefícios econômicos fluirão para o município e quando puderem ser mensuradas confiavelmente, utilizando-se o regime de competência. As VPD são reconhecidas quando for provável que ocorrerão decréscimos nos benefícios econômicos para o município, implicando em saída de recursos ou em redução de ativos ou na assunção de passivos, seguindo o regime de competência. A apuração do resultado se dá pelo encerramento das contas de VPA e VPD, em contrapartida a uma conta de apuração. Após a apuração, o resultado é transferido para a conta de Superávit/Déficit do Exercício. O detalhamento do confronto entre VPA e VPD é apresentado na Demonstração das Variações Patrimoniais. O regime orçamentário do município segue o descrito no art. 35 da Lei nº 4.320/64. Desse modo, o resultado orçamentário representa o confronto entre as receitas orçamentárias arrecadadas e as despesas orçamentárias empenhadas. O superávit/déficit é apresentado diretamente no Balanço Orçamentário. O resultado financeiro representa o confronto entre ingressos e dispêndios, orçamentários e extraorçamentários, que ocorreram durante o exercício e alteraram as disponibilidades do município. No Balanço Financeiro, é possível realizar a apuração do resultado financeiro. Em função das particularidades do município, pela observância do princípio de caixa único, é possível, também, verificar o resultado financeiro na Demonstração dos Fluxos de Caixa, pela geração líquida de caixa e equivalentes de caixa.

**b.3. Novas normas e políticas contábeis alteradas:** Não houve mudanças nas políticas contábeis que impliquem em alterações significativas nos demonstrativos decorrentes de normas de contabilidade ou que tenham por objetivo tornar a informação confiável e relevante sobre os efeitos das transações ou outros eventos ou condições acerca da posição orçamentária, patrimonial, do resultado patrimonial ou dos fluxos de caixa.

**b.4. Julgamentos pela aplicação das políticas contábeis:** Não há julgamentos pela aplicação das políticas contábeis significativas quanto ao Balanço Orçamentário. A classificação de ativos, a constituição de provisões, o reconhecimento de variações patrimoniais e a transferência de riscos e benefícios significativos sobre a propriedade de ativos para outros órgãos e entidades serão apontados nas notas explicativas do balanço patrimonial.

**c.1.Referências cruzadas e notas explicativas:**

A seguir serão apresentadas de forma sistemática as referências cruzadas com o título "Nota" seguida do respectivo número baseadas em grupos de contas ou informações do demonstrativo contábil facilitando a interpretação dos usuários.



**Nota 1) RECEITA ORÇAMENTÁRIA:** O valor total das receitas públicas arrecadadas no exercício de 2021 foi de R\$

2.311.248,66.

INGRESSOS			
ESPECIFICAÇÃO	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
<b>RECEITA ORÇAMENTÁRIA</b>		<b>2.311.248,66</b>	<b>443.105,23</b>
<b>TESOURO</b>		<b>1.767.296,52</b>	<b>328.918,66</b>
ASSISTÊNCIA SOCIAL		69.300,69	165.385,07
ASSISTÊNCIA SOCIAL-GERAL		1.636.760,88	163.399,00
ASSISTÊNCIA SOCIAL-REMUN.APLIC.FINANC.		61.234,95	82,02
GERAL		0,00	52,57
<b>TRANSFERÊNCIAS E CONVÊNIOS FEDERAIS-VINCULADOS</b>		<b>543.952,14</b>	<b>114.186,57</b>
ASSISTÊNCIA SOCIAL		492.937,65	114.186,57
ASSISTÊNCIA SOCIAL-GERAL		51.014,49	0,00

**Nota 2) TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS:** O valor contabilizado das transferências financeiras recebidas

para execução orçamentária foi de R\$ 671.801,32.

<b>TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS</b>	<b>671.801,32</b>	<b>625.721,63</b>
<b>TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS PARA A EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA</b>	<b>671.801,32</b>	<b>625.721,63</b>
<b>REPASSE RECEBIDO</b>	<b>671.801,32</b>	<b>625.721,63</b>
TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS INDEPENDENTES DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS PARA APORTES DE RECURSOS PARA O RPPS	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS PARA APORTES DE RECURSOS PARA O RGPS	0,00	0,00

**Nota 3) RECEBIMENTOS EXTRAORÇAMENTÁRIOS:** Os ingressos extraorçamentários totalizam R\$ 227.709,95, sendo

R\$ 95.573,08, decorrentes de depósitos, consignações bancárias e valores restituíveis, R\$ 132.136,87 relativo a inscrição dos restos a pagar.

<b>RECEBIMENTOS EXTRA-ORÇAMENTARIOS</b>	<b>227.709,95</b>	<b>167.999,28</b>
<b>INSCRIÇÃO DE RESTOS A PAGAR</b>	<b>132.136,87</b>	<b>100.065,63</b>
RP PROCESSADOS - INSCRIÇÃO NO EXERCÍCIO	132.136,87	100.065,63
<b>DEPÓSITOS RESTITUÍVEIS E VALORES VINCULADOS</b>	<b>95.573,08</b>	<b>67.933,65</b>
CONTRIBUIÇÃO AO RGPS	46.999,19	40.107,75
IMPOSTO SOBRE A RENDA RETIDO NA FONTE - IRRF	10.883,19	11.063,47
ISS	5.329,55	380,20
OUTROS VALORES RESTITUÍVEIS	10.350,00	15.097,00
RETENÇÕES - EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	20.700,00	226,41
RPPS - RETENÇÕES SOBRE VENCIMENTOS E VANTAGENS	1.311,15	1.058,82

**Nota 4) SALDO EM ESPÉCIE DO EXERCÍCIO ANTERIOR:** O valor disponível em bancos em 31/12/2021 foi de R\$

52.965,37

Documento Assinado Digitalmente por: EDER MARCONE VIEIRA, MATHEUS EMÍDIO DE BARROS CALADO  
Acesse em: <https://atlas.iao.psp.gov.br/pt/validarDocumento>  
Código do documento: f090-302-576-491-101-7c88da942d41



**Nota 5) DESPESA ORÇAMENTÁRIA:** A despesa orçamentária empenhada no exercício foi de R\$ 2.150.027,50.

DISPÊNDIOS			
ESPECIFICAÇÃO	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
<b>DESPESA ORÇAMENTÁRIA</b>		<b>2.150.027,50</b>	<b>1.146.188,23</b>
<b>TESOURO</b>		<b>1.777.545,29</b>	<b>762.533,25</b>
ASSISTÊNCIA SOCIAL-GERAL		1.777.545,29	762.533,25
<b>TRANSFERÊNCIAS E CONVÊNIOS FEDERAIS-VINCULADOS</b>		<b>372.482,21</b>	<b>383.654,98</b>
ASSISTÊNCIA SOCIAL-GERAL		372.482,21	383.654,98

**Nota 6) TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS:** O valor das transferências financeiras concedidas foi de R\$ 0,00.

**Nota 7) PAGAMENTOS EXTRAORÇAMENTÁRIOS:** Os desembolsos extraorçamentários totalizaram R\$ 135.948,32. Deste valor os restos a pagar processados e não processados somam R\$ 70.984,79, enquanto os depósitos, consignações e valores restituíveis somam R\$ 64.963,53.

<b>PAGAMENTOS EXTRA-ORÇAMENTÁRIOS</b>	<b>135.948,32</b>	<b>95.310,57</b>
<b>PAGAMENTOS DE RESTOS A PAGAR</b>	<b>70.984,79</b>	<b>15.487,24</b>
RP NÃO PROCESSADOS PAGOS	0,00	6.107,10
RP PROCESSADOS PAGOS	70.984,79	9.380,13
<b>DEPÓSITOS RESTITUÍVEIS E VALORES VINCULADOS</b>	<b>64.963,53</b>	<b>79.823,28</b>
CONTRIBUIÇÃO AO RGPS	28.614,04	25.225,53
IMPOSTO SOBRE A RENDA RETIDO NA FONTE - IRRF	10.734,47	11.063,47
ISS	5.280,15	380,20
OUTROS VALORES RESTITUÍVEIS	0,00	41.868,85
RETENÇÕES - EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	19.023,72	226,41
RPPS - RETENÇÕES SOBRE VENCIMENTOS E VANTAGENS	1.311,15	1.058,82

**Nota 8) SALDO EM ESPÉCIE PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE:** O valor disponível em bancos em 31/12/2022 foi de R\$ 9777.749,48. Estes valores encontram-se na linha "Investimentos e aplicações temporárias a curto prazo" no Ativo Circulante do Balanço Patrimonial.



## D) OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES:

<b>d.1.Passivos contingentes e compromissos contratuais não reconhecidos:</b> Os ativos e passivos contingentes poderão ser reconhecidos nas demonstrações contábeis nas contas de controle dos atos potenciais ativos e passivos.
<b>d.2.Divulgações não financeiras:</b> Não se aplica a este demonstrativo.
<b>d.3.Reconhecimento de inconformidades que podem afetar a compreensão do usuário sobre o desempenho e o direcionamento das operações da entidade no futuro:</b> Não há registro de eventos que possam afetar a compreensão do usuário quanto ao desempenho futuro das operações da entidade.
<b>d.4.Ajustes decorrentes da omissão e erros de registros:</b> Não há o que registrar quanto a este demonstrativo

e) SALDOS SIGNIFICATIVOS DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA MANTIDOS, MAS QUE NÃO ESTEJAM DISPONÍVEIS PARA USO IMEDIATO POR RESTRIÇÕES LEGAIS OU CONTROLE CAMBIAL:

Saldo em 31/12/2021	Saldo em 31/12/2022
R\$ 0,00	R\$ 0,00

F) INFORMAÇÕES RELEVANTES SOBRE FINANCIAMENTOS QUE NÃO ENVOLVEM O USO DE CAIXA:

Saldo em 31/12/2021	Saldo em 31/12/2022
0,00	0,00



## G) INFORMAÇÕES ADICIONAIS EXIGIDAS PELO ANEXO X E XI DA RESOLUÇÃO TCE-PE Nº 189/2022 E PELO ÍNDICE DE CONSISTÊNCIA E CONVERGÊNCIA CONTÁBIL (ICC) DO TCE-PE:

### G.1.Estrutura e Apresentação das Demonstrações Contábeis:

Esta demonstração contábil atende as exigências do Índice de Consistência Contábil (ICC) do TCE-PE, apresentando a receita orçamentária realizada e a despesa orçamentária executada, por fonte/destinação de recursos discriminando as ordinárias e as vinculadas; os recebimentos e pagamentos extraorçamentários; as transferências financeiras recebidas e concedidas decorrentes ou independentes da execução orçamentária; e o saldo em espécie do exercício anterior e para o exercício seguinte (caixa e equivalente de caixa e depósitos restituíveis e valores vinculados). O demonstrativo também evidencia em coluna específica os valores do exercício anterior permitindo a comparação de valores e a análise vertical ou horizontal. Por fim, o demonstrativo apresenta consistência entre as contas filhas e mães dos grupos de contas.

### G.2.Eventuais Ajustes relacionados às Retenções e Outras Operações que impactem no Balanço

**Financeiro:** As retenções são consideradas como pagas no momento do pagamento, em contrapartida com as contas do grupo extraorçamentários e apropriados orçamentariamente para cada caso, não implicando em interferência no saldo em espécie que necessitem de eventuais ajustes.

## H) PLANO DE IMPLANTAÇÃO DOS PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS PATRIMONIAIS (PIPCP) CONFORME PORTARIA STN Nº 548/2015:

PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS ORÇAMENTÁRIOS - PARTE I DO MCASP				
AÇÃO	Adoção do Procedimento Contábeis Orçamentários			
SUBAÇÃO		REPONSÁVEL	PRAZO FINAL	SITUAÇÃO ATUAL
1	O orçamento foi elaborado seguindo as normas estabelecidas pela Secretaria do Tesouro Nacional, observando todos os princípios orçamentários e a Lei Federal nº 4320/64. As receitas da Câmara são originadas das receitas orçamentárias do Município, transferidas de recursos não vinculados e na forma de transferências para manutenção do poder legislativo.	Setor de Contabilidade	02/01/2015	Concluída
2	Classificação da Receita Orçamentária A receita orçamentária da Câmara é classificada como transferência financeira	Setor de Contabilidade	02/01/2015	Concluída
3	A despesa está distribuída em Classificação Institucional, Classificação funcional e pela natureza, distribuído em Categoria Econômica, Grupo de Natureza de Despesa, Elemento de Despesa e modalidade de aplicação.	Setor de Contabilidade	02/01/2015	Concluída
4	O sistema orçamentário está interligado com o sistema contábil, oferecendo oportunidade para acompanhar a execução orçamentária através do sistema	Setor de Contabilidade	02/01/2015	Concluída





	contábil.			
5	Adoção dos Procedimentos contábeis Orçamentários	Setor de Contabilidade	Imediato	Concluída
<b>PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS PATRIMONIAIS - PARTE II DO MCASP</b>				
<b>AÇÃO</b>	<b>1. Recolhimento, mensuração e evidenciação dos demais créditos a receber, bem como dos respectivos encargos, multas e ajustes para perdas.</b>			
<b>SUBAÇÃO</b>		<b>REPONSÁVEL</b>	<b>PRAZO FINAL</b>	<b>SITUAÇÃO ATUAL</b>
1	Preparação do sistema de informática utilizado pela Câmara para elaboração do Balanço Patrimonial evidenciando os créditos a receber	Setor de Contabilidade	Imediato	Concluída
2	O Balanço Patrimonial é apresentado segundo as orientações do MCAPS, com o Ativo e o Passivo distribuído em Ativo Circulante e Ativo não Circulante Passivo Circulante e Passivo não Circulante. Demonstrando, ainda o Ativo e Passivo Financeiro e Permanente, segundo a Lei 4.320/64.	Setor de Contabilidade	Imediato	Concluída
3	Reconhecimento, mensuração e evidenciação de Créditos a receber	Setor de Contabilidade	Imediato	Concluída
<b>AÇÃO</b>	<b>2. Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações e provisões por competência</b>			
<b>SUBAÇÃO</b>		<b>REPONSÁVEL</b>	<b>PRAZO FINAL</b>	<b>SITUAÇÃO ATUAL</b>
1	Reconhecimento e mensuração das obrigações com Fornecedores	Setor de Contabilidade	31/12/2021	Concluída
2	Reconhecimento e mensuração das obrigações previdenciárias por Competênc	Setor de Contabilidade	31/12/2021	Concluída
3	Sistema informatizado adequado à metodologia de registro de obrigações e provisões por competência	Setor de Contabilidade	31/12/2021	Concluída
<b>AÇÃO</b>	<b>3. Evidenciação de ativos e passivos contingentes em contas de controle e em notas explicativas</b>			
<b>SUBAÇÃO</b>		<b>REPONSÁVEL</b>	<b>PRAZO FINAL</b>	<b>SITUAÇÃO ATUAL</b>
1	Verificar os ativos e passivos contingentes que devem ser lançados em contas de controle e em notas explicativas	Setor de Contabilidade	31/12/2021	Concluída
<b>AÇÃO</b>	<b>4. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens móveis e imóveis; respectiva depreciação ou exaustão; reavaliação e redução ao valor recuperável.</b>			
<b>SUBAÇÃO</b>		<b>REPONSÁVEL</b>	<b>PRAZO FINAL</b>	<b>SITUAÇÃO ATUAL</b>
1	Reconhecimnto e evidenciação dos bens móveis, avaliação e depreciação	Setor de Contabilidade	31/12/2020	Concluída
2	Reconhecimnto e evidenciação dos bens imóveis, avaliação e depreciação	Setor de Contabilidade	31/12/2021	Concluída
<b>AÇÃO</b>	<b>5. Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações por competência decorrentes de benefícios a empregados (ex.: 13º salário, férias, etc.).</b>			
<b>SUBAÇÃO</b>		<b>REPONSÁVEL</b>	<b>PRAZO FINAL</b>	<b>SITUAÇÃO ATUAL</b>
1	Obrigações e Provisões para o 13º salário Obrigações decorrentes do 13º salário, por competência, devidas a servidores efetivos, comissionados e contratados.	Setor de Contabilidade	31/12/2018	Concluída
2	Obrigações e Provisões para férias Obrigações decorrentes de férias adquiridas, por competência, devidas a servidores efetivos, comissionados e contratados.	Setor de Contabilidade	31/12/2018	Concluída
<b>AÇÃO</b>	<b>6. Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações com fornecedores por competência.</b>			
<b>SUBAÇÃO</b>	<b>PRODUTO</b>	<b>REPONSÁVEL</b>	<b>PRAZO FINAL</b>	<b>SITUAÇÃO ATUAL</b>
1	Empenhamento da Despesa por competência	Secretaria da Câmara	Realizado	Concluída
2	Processamento da Despesa por competência	Secretaria da Câmara	Realizado	Concluída
<b>AÇÃO</b>	<b>7. Recolhimento, mensuração e evidenciação das demais obrigações por competência.</b>			
<b>SUBAÇÃO</b>		<b>REPONSÁVEL</b>	<b>PRAZO FINAL</b>	<b>SITUAÇÃO ATUAL</b>
1	Demais obrigações lançadas por competência	Secretaria da Câmara	a ser definido	Concluída
<b>AÇÃO</b>	<b>8. Recolhimento, mensuração e evidenciação de software, marcas, patentes, licenças e congêneres, classificados como intangíveis e eventuais amortização, reavaliação e redução ao valor recuperável.</b>			
<b>SUBAÇÃO</b>		<b>REPONSÁVEL</b>	<b>PRAZO FINAL</b>	<b>SITUAÇÃO ATUAL</b>

Documento Assinado Eletronicamente por: EDER MARCONI VIEIRA, MATHEUS EMÍLIO DE BARROS CAVALHO  
Acesse em: <https://ctce.de.pg.gov.br/epp/validaDoc.seam?CodigoDocumento:fc59c362-734-469d-41c1-7c888da942d4>



1	Mensuração e evidenciação de bens intangíveis Adequação do sistema para reconhecimento e contabilização dos bensintangíveis	Setor de Contabilidade	31/12/2022	Concluída
---	--	------------------------	------------	-----------

**TEREZINHA, 31 de dezembro de 2022.**

**JOSÉ AILSON SOUZA DA SILVA  
SERC. DE ASSISTÊNCIA SOCIAL  
CPF: 275.512.428-80**

Eder Marcone Vieira  
Contador  
CRC/PE nº 027904/0-8

Documento Assinado Digitalmente por: EDER MARCONE VIEIRA, MATHEUS EMÍDIO DE BARROS CALADO  
Acesse em: <https://etec.tce.pe.gov.br/pp/validaDoc.seam> Código do documento: fc59c362-5735-469d-a1c1-7ce88da942d4



# FUNDO MUNICIPAL EDUCAÇÃO



Documento Assinado Digitalmente por: EDER MARCONI VEIRA A. MATHEUS EMÍDIO DE BARROS CALADO  
Acesse em: <https://ctce.cte.pe.gov.br/epv/validaDoc.seam> Código do documento: fc59c362-5735-469d-a1c1-7ce88da942d4

## *Balanco Financeiro* **PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAIS**

# GESTÃO

# 20

# 22

# FME - FUNDO MUNICIPAL DE EDUCACAO DE TEREZINHA

## ANEXO 13 - BALANÇO FINANCEIRO

Orçamento Programa - Exercício de 2022

DEZEMBRO(31/12/2022)

Pág.: 1

### ISOLADO: 6 - FME - FUNDO MUNICIPAL DE EDUCACAO DE TEREZINHA

INGRESSOS			DISPÊNDIOS				
ESPECIFICAÇÃO	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior	ESPECIFICAÇÃO	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
<b>RECEITA ORÇAMENTÁRIA</b>		<b>8.771.058,07</b>	<b>7.767.216,16</b>	<b>DESPA ORÇAMENTÁRIA</b>		<b>10.722.597,65</b>	<b>9.099.676,65</b>
TESOURO		4.505.055,68	624.624,70	TESOURO		1.167.380,40	963.702,36
EDUCAÇÃO		0,00	612.101,14	ENSINO FUNDAMENTAL		1.167.380,40	963.702,36
EDUCAÇÃO-FUNDEF		615.944,59	0,00	TRANSFERÊNCIAS E CONVÊNIOS ESTADUAIS-VINCULADOS		137.229,98	95.550,58
EDUCAÇÃO-FUNDEF-MAGISTÉRIO		2.680.816,12	0,00	EDUCAÇÃO		137.229,98	95.550,58
EDUCAÇÃO-FUNDEF-OUTROS		1.148.965,95	0,00	RECURSOS PRÓPRIOS DA ADMINISTRAÇÃO INDIRETA		71.891,23	0,00
EDUCAÇÃO ESPECIAL-REMUN.APLIC.FINANCEIRA		19.080,01	3.300,58	EDUCAÇÃO		26.380,00	0,00
EDUCAÇÃO INFANTIL-REMUN.APLIC.FINANCEIRA		40.249,01	9.222,98	ENSINO FUNDAMENTAL		45.511,23	0,00
TRANSFERÊNCIAS E CONVÊNIOS FEDERAIS-VINCULADOS		4.266.002,39	7.142.591,46	TRANSFERÊNCIAS E CONVÊNIOS FEDERAIS-VINCULADOS		9.346.096,04	8.040.423,71
EDUCAÇÃO		657.070,86	455.273,42	EDUCAÇÃO		509.092,39	435.878,33
EDUCAÇÃO-FUNDEF		3.608.931,53	0,00	EDUCAÇÃO-FUNDEF-MAGISTÉRIO		5.671.265,70	4.799.935,05
EDUCAÇÃO-FUNDEF-MAGISTÉRIO		0,00	6.687.318,04	EDUCAÇÃO-FUNDEF-OUTROS		3.165.737,95	2.804.610,35
<b>TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS</b>		<b>1.594.104,32</b>	<b>1.671.317,87</b>	<b>TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS</b>		<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS PARA A EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA		1.594.104,32	1.671.317,87	TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS PARA A EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA		0,00	0,00
REPASSE RECEBIDO		1.594.104,32	1.671.317,87	TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS - INDEPENDENTES DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA		0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS INDEPENDENTES DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA		0,00	0,00	TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS PARA APORTES DE RECURSOS PARA O RPPS		0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS PARA APORTES DE RECURSOS PARA O RPPS		0,00	0,00	TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS PARA APORTES DE RECURSOS PARA O RGPS		0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS PARA APORTES DE RECURSOS PARA O RGPS		0,00	0,00	<b>PAGAMENTOS EXTRA-ORÇAMENTARIOS</b>		<b>1.290.886,91</b>	<b>1.190.953,92</b>
<b>RECEBIMENTOS EXTRA-ORÇAMENTARIOS</b>		<b>1.585.003,08</b>	<b>1.021.046,39</b>	PAGAMENTOS DE RESTOS A PAGAR		132.975,52	205.874,40
INSCRIÇÃO DE RESTOS A PAGAR		564.149,58	142.792,88	RP PROCESSADOS PAGOS		132.975,52	205.874,40
RP NÃO PROCESSADOS - INSCRIÇÃO NO EXERCÍCIO		578,25	5.657,54	DEPÓSITOS RESTITUIVEIS E VALORES VINCULADOS		957.911,39	985.079,52
RP PROCESSADOS - INSCRIÇÃO NO EXERCÍCIO		563.571,33	137.135,34	ASSISTÊNCIA À SAÚDE - ADMINISTRAÇÃO PRÓPRIA		2.070,00	3.772,00
DEPÓSITOS RESTITUIVEIS E VALORES VINCULADOS		1.020.853,50	878.253,51	CONTRIBUIÇÃO AO RGPS		90.999,46	101.906,85
ASSISTÊNCIA À SAÚDE - ADMINISTRAÇÃO PRÓPRIA		2.070,00	3.197,00	IMPOSTO SOBRE A RENDA RETIDO NA FONTE - IRRF		150.604,97	130.354,39
CONTRIBUIÇÃO AO RGPS		175.826,23	176.622,95	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES		3.999,76	0,00
IMPOSTO SOBRE A RENDA RETIDO NA FONTE - IRRF		147.217,00	133.742,36	ISS		10.265,19	3.177,95
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES		0,00	3.302,50	OUTROS TRIBUTOS ESTADUAIS E MUNICIPAIS		610,08	0,00
ISS		10.226,89	3.216,25	OUTROS VALORES RESTITUIVEIS		8.958,09	255.652,71
OUTROS TRIBUTOS ESTADUAIS E MUNICIPAIS		610,08	0,00	RETENÇÕES - EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS		368.094,77	207.281,30
OUTROS VALORES RESTITUIVEIS		8.958,09	12.261,94	RPPS - RETENÇÕES SOBRE VENCIMENTOS E VANTAGENS		322.309,07	282.934,33
PLANOS DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA MÉDICA		1.020,00	1.200,00	OUTROS PAGAMENTOS EXTRAORÇAMENTARIOS		200.000,00	0,00
RETENÇÕES - EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS		356.883,85	240.320,34	VALORES EM TRÂNSITO REALIZÁVEIS A CURTO PRAZO		200.000,00	0,00

KARLA SIMONE DE CARVALHO CADENGUE  
SEC EDUCAÇÃO  
826.041.854-15

KARLA SIMONE DE CARVALHO CADENGUE  
SEC EDUCAÇÃO  
826.041.854-15

ELIEZER OLIVEIRA DE CARVALHO  
SECRETARIO DE FINANÇAS  
765.814.974-87



Documento Assinado Digitalmente por: EDER MARCONE VIEIRA. MATHEUS EMÍDIO DE BARROS CALADO

# FME - FUNDO MUNICIPAL DE EDUCACAO DE TEREZINHA

## ANEXO 13 - BALANÇO FINANCEIRO

Orçamento Programa - Exercício de 2022

DEZEMBRO(31/12/2022)

Pág.: 2



### ISOLADO: 6 - FME - FUNDO MUNICIPAL DE EDUCACAO DE TEREZINHA

INGRESSOS			DISPÊNDIOS				
ESPECIFICAÇÃO	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior	ESPECIFICAÇÃO	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
RPPS - RETENÇÕES SOBRE VENCIMENTOS E VANTAGENS		318.041,36	304.390,17	<b>SALDOS P/O EXERC. SEGUINTE</b>		<b>502.817,17</b>	<b>566.136,26</b>
OUTROS RECEBIMENTOS EXTRAORÇAMENTÁRIOS		0,00	0,00	CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		502.817,17	566.136,26
VALORES EM TRÂNSITO REALIZÁVEIS A CURTO PRAZO		0,00	0,00	APLICAÇÕES FINANCEIRAS DE LIQUIDEZ IMEDIATA		54.674,85	46.960,76
<b>SALDOS DO EXERC. ANTERIOR</b>		<b>566.136,26</b>	<b>397.186,43</b>	CONTA ÚNICA		448.142,32	519.175,50
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		566.136,26	397.186,43	<u>DEPÓSITOS RESTITUÍVEIS E VALORES VINCULADOS</u>		0,00	0,00
APLICAÇÕES FINANCEIRAS DE LIQUIDEZ IMEDIATA		46.960,76	40.592,19	<b>TOTAL</b>		<b>12.516.301,73</b>	<b>10.856.766,85</b>
CONTA ÚNICA		519.175,50	356.594,24				
<u>DEPÓSITOS RESTITUÍVEIS E VALORES VINCULADOS</u>		0,00	0,00				
<b>TOTAL</b>		<b>12.516.301,73</b>	<b>10.856.766,85</b>				

Documento Assinado Digitalmente por: EDER MARCONE VIEIRA, MATHEUS EMÍDIO DE BARROS CALADO  
 Acesso em: https://sig.tce.go.gov.br/epp/validaDoc;seam Código do documento: fc59c362-5735-469d-a1c1-7ce88da942d4

KARLA SIMONE DE CARVALHO CADENGUE  
 SEC EDUCAÇÃO  
 826.041.854-15

KARLA SIMONE DE CARVALHO CADENGUE  
 SEC EDUCAÇÃO  
 826.041.854-15

ELIEZER OLIVEIRA DE CARVALHO  
 SECRETARIO DE FINANÇAS  
 765.814.974-87

# FMAS - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DE TEREZINHA

## ANEXO 13 - BALANÇO FINANCEIRO

### B) QUADRO ANEXO

DEZEMBRO(31/12/2022)

ISOLADO: 4 - FMAS - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DE TEREZINHA

Orçamento Programa - Exercício de 2022

Pág.: 1

#### B) QUADRO ANEXO

ESPECIFICAÇÃO	EXERCÍCIO ATUAL			EXERCÍCIO ANTERIOR		
	Receita Orçamentária	Deduções da Receita	Saldo (f=d-e)	Receita Orçamentária	Deduções da Receita	Saldo (f=d-e)
1 TESOUREO	1.767.296,52	0,00	1.767.296,52	328.918,66	0,00	328.918,66
110 GERAL			0,00	52,57		52,57
500 ASSISTÊNCIA SOCIAL	69.300,69	0,00	69.300,69	165.385,07	0,00	165.385,07
510 ASSISTÊNCIA SOCIAL-GERAL	1.636.760,88	0,00	1.636.760,88	163.399,00	0,00	163.399,00
511 ASSISTÊNCIA SOCIAL-REMUN.APLIC.FINANC.	61.234,95	0,00	61.234,95	82,02	0,00	82,02
5 TRANSFERÊNCIAS E CONVÊNIO FEDERAIS-VINCULADOS	543.952,14	0,00	543.952,14	114.186,57	0,00	114.186,57
500 ASSISTÊNCIA SOCIAL	492.937,65	0,00	492.937,65	114.186,57	0,00	114.186,57
510 ASSISTÊNCIA SOCIAL-GERAL	51.014,49	0,00	51.014,49	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL</b>	<b>2.311.248,66</b>	<b>0,00</b>	<b>2.311.248,66</b>	<b>443.105,23</b>	<b>0,00</b>	<b>443.105,23</b>

EDER MARCONE VIEIRA  
CONTADOR  
042.014.874-40

ELIEZER OLIVEIRA DE CARVALHO  
SECRETARIO DE FINANÇAS  
765.814.974-87

JOSÉ AILSON SOUZA DA SILVA  
SECRETARIO DE ASSISTENTE SOCIAL  
275.512.428-80





# APRESENTAÇÃO

As Demonstrações Contábeis Consolidadas do Município (DCON) contemplam a execução e a análise dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, sendo materializadas tanto nos Balanços Patrimoniais Orçamentário e Financeiro, nas Demonstrações das Variações Patrimoniais, dos Fluxos de Caixa e das Mutações do Patrimônio Líquido, extraídos do Sistema Contábil E-Pública, como nas respectivas Notas Explicativas. Durante a execução orçamentária e elaboração das demonstrações contábeis foram obedecidos os procedimentos estabelecidos pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) através das seguintes Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP):

NBC TSP ESTRUTURA CONCEITUAL	Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Informação Contábil de Propósito Geral pelas Entidades do Setor Público
NBC TSP 01	Receita de Transação sem Contraprestação
NBC TSP 02	Receita de Transação com Contraprestação
NBC TSP 03	Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes
NBC TSP 04	Estoques
NBC TSP 05	Contratos de Concessão de Serviços Públicos: Concedente
NBC TSP 06	Propriedade para Investimento
NBC TSP 07	Ativo Imobilizado
NBC TSP 08	Ativo Intangível
NBC TSP 09	Redução ao Valor Recuperável de Ativo Não Gerador de Caixa
NBC TSP 10	Redução ao Valor Recuperável de Ativo Gerador de Caixa
NBC T 16.7	Consolidação das Demonstrações Contábeis
NBC T 16.11	Sistema de Informação de Custos do Setor Público

Além dos normativos do CFC foram utilizados como base o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público 7ª Edição publicado pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN) com o objetivo da consolidação das contas nacionais através da Matriz de Saldos Contábeis (MSC) e a estrutura do “Contas Anuais” disponibilizada no Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro (SICONFI).

As demonstrações contábeis estão de acordo com as Instruções de Procedimentos Contábeis (IPC) de números: 00 – Plano de transição para implantação da nova contabilidade; 01 – Transferências de saldos contábeis e controle de restos a pagar; 02 – Reconhecimento dos créditos tributários pelo regime de competência; 03 – Encerramento de contas contábeis no PCASP; 04 – Metodologia para elaboração do Balanço Patrimonial; 05 – Metodologia para elaboração da Demonstração das Variações Patrimoniais; 06 – Metodologia para elaboração do Balanço Financeiro; 07 – Metodologia para elaboração do Balanço Orçamentário; 08 – Metodologia para elaboração da Demonstração do Fluxo de Caixa; 10 – Contabilização de Consórcios Públicos; 11 – Contabilização de retenções; 12 – Contabilização de cessão de bens móveis e imóveis; 13 – Contabilização de cessão de direitos creditórios; 14 – Procedimentos contábeis relativos ao RPPS; e 15 – Depósitos judiciais e extrajudiciais.

Todos os demonstrativos foram adaptados para as exigências do Anexo X, XI, XII, XIII, XIV e XV da Resolução TCE-PE nº 189/2022, bem como foram criados “novos”







## a) Informações Gerais:

<b>Nome do órgão ou entidade:</b> <b>FUNDO MUNICIPAL DE EDUCACAO - FME com o CNPJ 30.857.351/0001-84</b>
<b>Domicílio do órgão ou entidade:</b> Avenida Getúlio Vargas, S/N – CEP: 55305-000. CODIGO DO MUNICÍPIO: 2615102
<b>Natureza das operações e principais atividades do órgão ou entidade:</b> A Prefeitura Municipal de Terezinha concebida quanto a natureza jurídica perante a Receita Federal do Brasil através do código 14.4.4 “Município” possui como atividade principal “a administração pública geral”. Tem como atividade principal a manutenção das ações e serviços públicos municipais, bem como a realização de investimentos necessários no serviço público e infraestrutura urbana. A natureza de suas operações deriva da arrecadação de tributos e demais receitas correntes, além de repasses dos governos estaduais e federal através dos repasses fundo a fundo ou de convênios (receitas de capital). A população estimada pelo IBGE é de 6.337 habitantes, tendo como coeficiente do Fundo de Participação dos Municípios (FPM) o índice de 0,6. Durante o exercício de 2020 a execução orçamentária foi feita baseada na Lei Municipal nº 671 de 17 de outubro de 2019 (LOA para o ano de 2020)
<b>Declaração de conformidade com a legislação e com as normas de contabilidade aplicáveis:</b> Este balanço contábil foi elaborado de acordo com a estrutura definida na Lei Federal nº 4.320/64, atualizado pelas Portaria Conjunta STN/SOF nº 06, de 27 de dezembro de 2018, Portaria Conjunta STN/SOF nº 07, de 18 de dezembro de 2018 e Portaria STN nº 840, de 21 de dezembro de 2016 que estabeleceu o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) 7ª Edição. Os registros contábeis estão aderentes às regras estabelecidas nas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP) do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), com destaque para a NBC TSP Estrutura Conceitual e NBC TSP 16.7 Consolidação das Demonstrações Contábeis. As situações contábeis não previstas na legislação e nas normas de contabilidade foram tratadas segundo as regras do International Federation of Accountants (IFAC) através das International Public Sector Accounting Standards (IPSAS) das quais destacamos as normas nº 9, 12, 16, 17, 19, 21, 23, 26, 31, 32. Quanto aos aspectos de escrituração e consolidação das contas este demonstrativo atende às exigências contidas no art. 50 da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). Por fim, declaramos que este demonstrativo atende às exigências normativas e legais estabelecidas para a contabilidade aplicada ao setor público e está aderente às regras estabelecidas pelo Índice de Consistência e Convergência Contábil (ICC) do TCE-PE.
<b>Dados do gestor (Prefeito do Município):</b> Nome: Matheus Emídio de Barros Calado. Cargo: Prefeito. Período de gestão: 01/01/2022 a 31/12/2022
<b>Dados do contador da Prefeitura e demais Fundos responsável pelos aspectos formais das demonstrações contábeis, consolidação e elaboração das notas explicativas:</b> Nome: Eder Marconi Vieira. CRC-PE nº PE-027904/O-8. E-mail: eddervieira@gmail.com
<b>Dados do Secretário de Finanças responsável pela execução orçamentária, financeira e patrimonial Prefeitura Municipal:</b> Nome: Eliezer Oliveira de Carvalho. CPF: 765.814.974-87 E-mail: Eliezer_oliveira1@hotmail.com
<b>Dados do Controlador Geral do Município:</b> Nome: Ítalo de Souza Soares Azevedo.
<b>Nome do Software de Contabilidade utilizado no município:</b> Fiorilli – SCPI



## a) RESUMO DAS POLÍTICAS CONTÁBEIS SIGNIFICATIVAS

### b.1. Resumo das políticas contábeis significativas:

Os registros dos atos e fatos que deram suporte a elaboração desta demonstração, seguiram os princípios contábeis da entidade: continuidade, oportunidade, registro pelo valor original, competência e prudência, implícitos nas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP). Os lançamentos nos sistemas orçamentário e patrimonial foram realizados pelo método das partidas dobradas em atendimento ao art. 86 da Lei Federal nº 4.320/64. A estrutura das demonstrações contábeis obedeceu às regras estabelecidas na parte V do MCASP 7ª Edição da Secretaria do Tesouro Nacional (STN). Na consolidação das demonstrações contábeis não foi considerado o 5º nível igual a 2 do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP). A Nota 1 “a” do Anexo I da Resolução trata da necessidade de agregação (soma) dos dados contábeis das entidades não de exclusão de contas do 5º nível. A moeda funcional do município é o real (R\$). Não houve registros em moedas estrangeiras que viessem a ser convertidas para a moeda funcional vigente.

**b.2. Bases de mensuração utilizadas:** O balanço financeiro foi elaborado sobre o regime misto (caixa para as receitas e competência para as despesas) conforme art. 35 da Lei Federal nº 4.320/64. Para tanto, a execução orçamentária e fiscal dos fatos contábeis se baseou nas políticas de registros patrimoniais dos grupos descritos a seguir:

**b.2.1 O caixa e equivalente de caixa:** Incluem dinheiro, demais valores depositados em instituições bancárias e aplicações de liquidez imediata. Os valores são mensurados e avaliados pelo valor de custo, e quando estes recursos são aplicados, são acrescidos os rendimentos auferidos até a data das demonstrações contábeis.

Em algumas situações poderão estar registrados no caixa e equivalentes de caixa, valores no grupo “depósitos restituíveis”, que são ativos financeiros de natureza extraorçamentária e que representam entradas transitórias do atributo “F” de financeiro. Poderá a equipe contábil, analisado cada caso, e decorrente do prazo de realização destes valores, proceder os lançamentos de ajustes do curto para o longo prazo, alterando o atributo das contas para “P” de permanente, sempre utilizando variações patrimoniais aumentativas e diminutivas, ao tempo que não prejudica o resultado do exercício.

**b.2.2 Créditos a curto prazo:** Compreendem os direitos a receber a curto prazo relacionados, principalmente, com créditos tributários; créditos não tributários; dívida ativa; transferências concedidas; empréstimos e financiamentos concedidos; adiantamentos; e valores a compensar. Os valores são mensurados e avaliados pelo valor original, acrescido das atualizações monetárias e juros, quando aplicável. É registrado também o ajuste para perdas, com base na análise dos riscos de realização dos créditos a receber.

**b.2.3 Investimentos e aplicações temporárias a curto prazo:** São as aplicações de recursos em títulos e valores mobiliários, não destinadas à negociação e que não fazem parte das atividades operacionais do município. Os valores são avaliados e mensurados pelo valor de custo e, quando aplicável, são acrescidos dos rendimentos auferidos até a data das demonstrações contábeis. Quando mensuráveis, são registrados os ajustes para perdas de tais ativos.

**b.2.4 Estoques:** Compreendem as mercadorias para uso (dentre elas, os estoques reguladores do município), os produtos acabados e os em elaboração, almoxarifado e adiantamento a fornecedores. Na entrada, esses bens são avaliados pelo valor de aquisição ou produção/construção. O método para mensuração e avaliação das saídas dos estoques é o custo médio ponderado. Há, também, a possibilidade de redução de valores do estoque, mediante as contas para ajustes para perdas ou para redução ao valor de mercado, quando o valor registrado estiver superior ao valor de mercado. Os estoques, são avaliados e mensurados da seguinte forma: nas entradas, pelo valor de aquisição ou produção; e nas saídas, pelo custo médio ponderado. Para os ativos desse item, quando mensuráveis, são registrados os ajustes para perdas.

**b.2.5 Ajuste para perdas dos créditos tributários:** Os créditos tributários são ajustados contabilmente com base no percentual de perda real calculado sobre o saldo do estoque da dívida em 01 de janeiro de 2021, em comparação com o valor efetivamente arrecadado até o dia 31 de dezembro de 2021, o qual apresentará o percentual de efetividade de arrecadação e de perda. Desta forma, ao se identificar o percentual de perda de arrecadação é realizado lançamento em contaretificadora de ativo do montante provável de insucesso de arrecadação.

**b.2.6 Imobilizado:** O imobilizado é composto pelos bens móveis e imóveis. É reconhecido inicialmente com base no valor de aquisição, construção ou produção. Após o reconhecimento inicial, ficam sujeitos à depreciação, amortização ou exaustão (quando possuírem vida útil definida), bem como à redução ao valor recuperável e à reavaliação. Os gastos posteriores à aquisição, construção ou produção são incorporados ao valor do imobilizado desde que tais gastos aumentem a vida útil do bem e sejam capazes de gerar benefícios econômicos futuros. Se os gastos não gerarem tais benefícios, eles são reconhecidos diretamente como variações patrimoniais diminutivas do período.

O setor de patrimônio do município deverá fornecer em tempo hábil ao setor contábil as informações sintéticas do imobilizado, inclusive com os valores relativos a depreciação, amortização e/ou exaustão, os valores da redução ao valor recuperável (impairment) e possíveis reavaliações. Quando estas informações não são disponibilizadas o imobilizado apresenta equivocadamente aumento de valor sem os devidos ajustes determinados pelos normativos contábeis.

**b.2.7 Intangível:** Os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos, destinados à manutenção da atividade pública ou



exercidos com essa finalidade, devem ser mensurados ou avaliados com base no valor de aquisição ou de produção, deduzido o saldo da respectiva conta de amortização acumulada (quando possuírem vida útil definida) e o montante acumulado de quaisquer perdas do valor que tenham sofrido ao longo de sua vida útil por redução ao valor recuperável (*impairment*). No entanto, tais práticas contábeis ainda não estão profundamente adotadas, especialmente o registro de amortização e redução ao valor recuperável do intangível.

**b.2.8 Reavaliação, redução ao valor recuperável, depreciação, amortização e exaustão:** Os procedimentos para registro da reavaliação, redução a valor recuperável, depreciação, amortização e exaustão na Administração Pública Direta, suas autarquias e fundações, tem como base legal a Lei nº 4.320/64, a LC nº 101/2000, as NBCASP e o MCASP. Por simetria, adotando os critérios de mensuração utilizados pelo governo federal sugerimos a utilização dos procedimentos contábeis do Manual SIAFIWeb, Macrofunção 020330, disponível no sítio da STN e na Portaria Conjunta STN/SPU nº 3/2014.

**b.2.9 Passivo circulante e não circulante:** As obrigações do município são evidenciadas por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos das variações monetárias e cambiais ocorridas até a data das demonstrações contábeis. Os passivos circulantes e não circulantes apresentam a seguinte divisão: obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais; empréstimos e financiamentos; fornecedores e contas a pagar; obrigações fiscais; obrigações de repartições a outros entes (exclusivo no passivo circulante); provisões; e demais obrigações. Além disso, o resultado diferido consta especificamente do passivo não circulante.

**b.2.10 Empréstimos e financiamentos:** Compreendem as obrigações financeiras, internas e externas, do município a título de empréstimos, bem como as aquisições financiadas efetuadas diretamente com o fornecedor. Os empréstimos são segregados em dívida mobiliária (emissão de títulos da dívida pública) e dívida contratual (contratos de empréstimos). Os empréstimos são avaliados observando-se os seguintes critérios: I. Dívida Pública Mobiliária Interna (DPMI): pelo valor a pagar ao final do período, incluindo os deságios, juros e encargos por competência devidos até o fechamento do exercício; II. Dívida Pública Externa (DPE): por seu saldo devedor (principal, acrescido dos juros apropriados por competência de cada obrigação). É realizada a conversão da moeda estrangeira para a moeda nacional, de acordo com a cotação cambial da data de elaboração das demonstrações contábeis.

**b.2.11 Provisões:** As provisões estão segregadas em seis categorias: riscos trabalhistas; riscos fiscais; riscos cíveis; repartição de créditos tributários; provisões matemáticas; e outras. As provisões são reconhecidas quando é provável a saída de recursos no futuro e é possível estimar o seu valor com suficiente segurança. São atualizadas até a data das demonstrações contábeis pelo montante provável de perda, observadas suas naturezas e os relatórios técnicos emitidos pelas áreas responsáveis. As provisões matemáticas previdenciárias (passivo atuarial) referentes ao Regime Próprio de Previdência Social (RPPS) dos servidores civis do município, está registrada no passivo não circulante.

**b.2.12 Apuração do resultado:** No modelo de contabilidade aplicada ao setor público, é possível a apuração dos seguintes resultados: I. Patrimonial; II. Orçamentário; e III. Financeiro. A apuração do resultado patrimonial consiste no confronto das variações patrimoniais aumentativas (VPA) e das variações patrimoniais diminutivas (VPD). As VPA são reconhecidas quando for provável que benefícios econômicos fluirão para o município e quando puderem ser mensuradas confiavelmente, utilizando-se o regime de competência. As VPD são reconhecidas quando for provável que ocorrerão decréscimos nos benefícios econômicos para o município, implicando em saída de recursos ou em redução de ativos ou na assunção de passivos, seguindo o regime de competência. A apuração do resultado se dá pelo encerramento das contas de VPA e VPD, em contrapartida a uma conta de apuração. Após a apuração, o resultado é transferido para a conta de Superávit/Déficit do Exercício. O detalhamento do confronto entre VPA e VPD é apresentado na Demonstração das Variações Patrimoniais. O regime orçamentário do município segue o descrito no art. 35 da Lei nº 4.320/64. Desse modo, o resultado orçamentário representa o confronto entre as receitas orçamentárias arrecadadas e as despesas orçamentárias empenhadas. O superávit/déficit é apresentado diretamente no Balanço Orçamentário. O resultado financeiro representa o confronto entre ingressos e dispêndios, orçamentários e extraorçamentários, que ocorreram durante o exercício e alteraram as disponibilidades do município. No Balanço Financeiro, é possível realizar a apuração do resultado financeiro. Em função das particularidades do município, pela observância do princípio de caixa único, é possível, também, verificar o resultado financeiro na Demonstração dos Fluxos de Caixa, pela geração líquida de caixa e equivalentes de caixa.

**b.3. Novas normas e políticas contábeis alteradas:** Não houve mudanças nas políticas contábeis que impliquem em alterações significativas nos demonstrativos decorrentes de normas de contabilidade ou que tenham por objetivo tornar a informação confiável e relevante sobre os efeitos das transações ou outros eventos ou condições acerca da posição orçamentária, patrimonial, do resultado patrimonial ou dos fluxos de caixa.

**b.4. Julgamentos pela aplicação das políticas contábeis:** Não há julgamentos pela aplicação das políticas contábeis significativas quanto ao Balanço Orçamentário. A classificação de ativos, a constituição de provisões, o reconhecimento de variações patrimoniais e a transferência de riscos e benefícios significativos sobre a propriedade de ativos para outros órgãos e entidades serão apontados nas notas explicativas do balanço patrimonial.



### c.1.Referências cruzadas e notas explicativas:

A seguir serão apresentadas de forma sistemática as referências cruzadas com o título “Nota” seguida do respectivo número, baseadas em grupos de contas ou informações do demonstrativo contábil facilitando a interpretação dos usuários.

**Nota 1) RECEITA ORÇAMENTÁRIA:** O valor total das receitas públicas arrecadadas no exercício de 2021 foi de R\$ 8.771.058,07.

INGRESSOS			
ESPECIFICAÇÃO	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
<b>RECEITA ORÇAMENTÁRIA</b>		<b>8.771.058,07</b>	<b>7.767.216,16</b>
<b>TESOURO</b>		<b>4.505.055,68</b>	<b>624.624,70</b>
EDUCAÇÃO		0,00	612.101,14
EDUCAÇÃO-FUNDEF		615.944,59	0,00
EDUCAÇÃO-FUNDEF-MAGISTÉRIO		2.680.816,12	0,00
EDUCAÇÃO-FUNDEF-OUTROS		1.148.965,95	0,00
EDUCAÇÃO ESPECIAL-REMUN.APLIC.FINANCEIRA		19.080,01	3.300,58
EDUCAÇÃO INFANTIL-REMUN.APLIC.FINANCEIRA		40.249,01	9.222,98
<b>TRANSFERÊNCIAS E CONVÊNIOS FEDERAIS-VINCULADOS</b>		<b>4.266.002,39</b>	<b>7.142.591,46</b>
EDUCAÇÃO		657.070,86	455.273,42
EDUCAÇÃO-FUNDEF		3.608.931,53	0,00
EDUCAÇÃO-FUNDEF-MAGISTÉRIO		0,00	6.687.318,04

**Nota 2) TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS:** O valor contabilizado das transferências financeiras recebidas para execução orçamentária foi de R\$ 1.594.104,32.

<b>TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS</b>	<b>1.594.104,32</b>	<b>1.671.317,87</b>
<b>TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS PARA A EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA</b>	<b>1.594.104,32</b>	<b>1.671.317,87</b>
REPASSE RECEBIDO	1.594.104,32	1.671.317,87
TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS INDEPENDENTES DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS PARA APORTES DE RECURSOS PARA O RPPS	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS PARA APORTES DE RECURSOS PARA O RGPS	0,00	0,00

**Nota 3) RECEBIMENTOS EXTRAORÇAMENTÁRIOS:** Os ingressos extraorçamentários totalizam R\$ 1.021.046,39, sendo R\$ 1.020.853,50, decorrentes de depósitos, consignações bancárias e valores restituíveis, R\$ 564.149,58 relativo a inscrição dos restos a pagar.

INGRESSOS			
ESPECIFICAÇÃO	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
<b>RECEBIMENTOS EXTRA-ORÇAMENTARIOS</b>		<b>1.585.003,08</b>	<b>1.021.046,39</b>
<b>INSCRIÇÃO DE RESTOS A PAGAR</b>		<b>564.149,58</b>	<b>142.792,88</b>
RP NÃO PROCESSADOS - INSCRIÇÃO NO EXERCÍCIO		578,25	5.657,54
RP PROCESSADOS - INSCRIÇÃO NO EXERCÍCIO		563.571,33	137.135,34
<b>DEPÓSITOS RESTITUÍVEIS E VALORES VINCULADOS</b>		<b>1.020.853,50</b>	<b>878.253,51</b>
ASSISTÊNCIA À SAÚDE - ADMINISTRAÇÃO PRÓPRIA		2.070,00	3.197,00
CONTRIBUIÇÃO AO RGPS		175.826,23	176.622,95
IMPOSTO SOBRE A RENDA RETIDO NA FONTE - IRRF		147.217,00	133.742,36
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES		0,00	3.302,50
ISS		10.226,89	3.216,25
OUTROS TRIBUTOS ESTADUAIS E MUNICIPAIS		610,08	0,00
OUTROS VALORES RESTITUÍVEIS		8.958,09	12.261,94
PLANOS DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA MÉDICA		1.020,00	1.200,00
RETENÇÕES - EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS		356.883,85	240.320,34
RPPS - RETENÇÕES SOBRE VENCIMENTOS E VANTAGENS		318.041,36	304.390,17
<b>OUTROS RECEBIMENTOS EXTRAORÇAMENTÁRIOS</b>		<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
VALORES EM TRÂNSITO REALIZÁVEIS A CURTO PRAZO		0,00	0,00

**Nota 4) SALDO EM ESPÉCIE DO EXERCÍCIO ANTERIOR:** O valor disponível em bancos em 31/12/2021 foi de R\$ 566.136,26.





Nota 5) **DESPESA ORÇAMENTÁRIA:** A despesa orçamentária empenhada no exercício foi de R\$ 10.722.597,65.

DISPÊNDIOS			
ESPECIFICAÇÃO	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
<b>DESPESA ORÇAMENTÁRIA</b>		<b>10.722.597,65</b>	<b>9.099.676,65</b>
<b>TESOURO</b>		<b>1.167.380,40</b>	<b>963.702,36</b>
ENSINO FUNDAMENTAL		1.167.380,40	963.702,36
<b>TRANSFERÊNCIAS E CONVÊNIOS ESTADUAIS-VINCULADOS</b>		<b>137.229,98</b>	<b>95.550,52</b>
EDUCAÇÃO		137.229,98	95.550,52
<b>RECURSOS PRÓPRIOS DA ADMINISTRAÇÃO INDIRETA</b>		<b>71.891,23</b>	<b>0,00</b>
EDUCAÇÃO		26.380,00	0,00
ENSINO FUNDAMENTAL		45.511,23	0,00
<b>TRANSFERÊNCIAS E CONVÊNIOS FEDERAIS-VINCULADOS</b>		<b>9.346.096,04</b>	<b>8.040.423,73</b>
EDUCAÇÃO		509.092,39	435.878,33
EDUCAÇÃO-FUNDEF-MAGISTÉRIO		5.671.265,70	4.799.935,00
EDUCAÇÃO-FUNDEF-OUTROS		3.165.737,95	2.804.610,33

Nota 6) **TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS:** O valor das transferências financeiras concedidas foi de R\$ 0,00.

Nota 7) **PAGAMENTOS EXTRAORÇAMENTÁRIOS:** Os desembolsos extraorçamentários totalizaram R\$ 1.290.886,91. Deste valor os restos a pagar processados e não processados somam R\$ 132.975,52, enquanto os depósitos, consignações e valores restituíveis somam R\$ 957.911,39 e outros pagamentos extraorçamentários R\$ 200.000,00.

<b>PAGAMENTOS EXTRA-ORÇAMENTÁRIOS</b>	<b>1.290.886,91</b>	<b>1.190.953,92</b>
<b>PAGAMENTOS DE RESTOS A PAGAR</b>	<b>132.975,52</b>	<b>205.874,40</b>
RP PROCESSADOS PAGOS	132.975,52	205.874,40
<b>DEPÓSITOS RESTITUÍVEIS E VALORES VINCULADOS</b>	<b>957.911,39</b>	<b>985.079,52</b>
ASSISTÊNCIA À SAÚDE - ADMINISTRAÇÃO PRÓPRIA	2.070,00	3.772,00
CONTRIBUIÇÃO AO RGPS	90.999,46	101.906,85
IMPOSTO SOBRE A RENDA RETIDO NA FONTE - IRRF	150.604,97	130.354,39
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	3.999,76	0,00
ISS	10.265,19	3.177,95
OUTROS TRIBUTOS ESTADUAIS E MUNICIPAIS	610,08	0,00
OUTROS VALORES RESTITUÍVEIS	8.958,09	255.652,71
RETENÇÕES - EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	368.094,77	207.281,30
RPPS - RETENÇÕES SOBRE VENCIMENTOS E VANTAGENS	322.309,07	282.934,32
<b>OUTROS PAGAMENTOS EXTRAORÇAMENTÁRIOS</b>	<b>200.000,00</b>	<b>0,00</b>
VALORES EM TRÂNSITO REALIZÁVEIS A CURTO PRAZO	200.000,00	0,00

Nota 8) **SALDO EM ESPÉCIE PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE:** O valor disponível em bancos em 31/12/2022 foi de R\$ 502.817,17 Estes valores encontram-se na linha "Investimentos e aplicações temporárias a curto prazo" no Ativo Circulante do Balanço Patrimonial.



## D) OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES:

<b>d.1.Passivos contingentes e compromissos contratuais não reconhecidos:</b> Os ativos e passivos contingentes poderão ser reconhecidos nas demonstrações contábeis nas contas de controle dos atos potenciais ativos e passivos.
<b>d.2.Divulgações não financeiras:</b> Não se aplica a este demonstrativo.
<b>d.3.Reconhecimento de inconformidades que podem afetar a compreensão do usuário sobre o desempenho e o direcionamento das operações da entidade no futuro:</b> Não há registro de eventos que possam afetar a compreensão do usuário quanto ao desempenho futuro das operações da entidade.
<b>d.4.Ajustes decorrentes da omissão e erros de registros:</b> Não há o que registrar quanto a este demonstrativo

e) SALDOS SIGNIFICATIVOS DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA MANTIDOS, MAS QUE NÃO ESTEJAM DISPONÍVEIS PARA USO IMEDIATO POR RESTRIÇÕES LEGAIS OU CONTROLE CAMBIAL:

Saldo em 31/12/2021	Saldo em 31/12/2022
R\$ 0,00	R\$ 0,00

F) INFORMAÇÕES RELEVANTES SOBRE FINANCIAMENTOS QUE NÃO ENVOLVEM O USO DE CAIXA:

Saldo em 31/12/2021	Saldo em 31/12/2022
0,00	0,00

G) INFORMAÇÕES ADICIONAIS EXIGIDAS PELO ANEXO X E XI DA RESOLUÇÃO TCE-PE Nº 189/2022 E PELO ÍNDICE DE CONSISTÊNCIA E CONVERGÊNCIA CONTÁBIL (ICC) DO TCE-PE:

<b>G.1.Estrutura e Apresentação das Demonstrações Contábeis:</b> Esta demonstração contábil atende as exigências do Índice de Consistência Contábil (ICC) do TCE-PE, apresentando a receita orçamentária realizada e a despesa orçamentária executada, por fonte/destinação de recursos discriminando as ordinárias e as vinculadas; os recebimentos e pagamentos extraorçamentários; as transferências financeiras recebidas e concedidas, decorrentes ou independentes da execução orçamentária; e o saldo em espécie do exercício anterior e para o exercício seguinte (caixa e equivalente de caixa e depósitos restituíveis e valores vinculados). O demonstrativo também evidencia em coluna específica os valores do exercício anterior permitindo a comparação de valores e a análise vertical ou horizontal. Por fim, o demonstrativo apresenta consistência entre as contas filhas e mães dos grupos de contas.
<b>G.2.Eventuais Ajustes relacionados às Retenções e Outras Operações que impactem no Balanço Financeiro:</b> As retenções são consideradas como pagas no momento do pagamento, em contrapartida com contas do grupo extraorçamentários e apropriados orçamentariamente para cada caso, não implicando em interferência no saldo em espécie que necessitem de eventuais ajustes.







1	Reconhecimento e evidênciação dos bens móveis, avaliação e depreciação	Setor de Contabilidade	31/12/2020	Concluída
2	Reconhecimento e evidênciação dos bens imóveis, avaliação e depreciação	Setor de Contabilidade	31/12/2021	Concluída
<b>AÇÃO</b>	<b>5. Reconhecimento, mensuração e evidênciação das obrigações por competência decorrentes de benefícios a empregados (ex 13º salário, férias, etc.).</b>			
<b>SUBAÇÃO</b>		<b>REPONSÁVEL</b>	<b>PRAZO FINAL</b>	<b>SITUAÇÃO ATUAL</b>
1	Obrigações e Provisões para o 13º salário Obrigações decorrentes do 13º salário, por competência, devidas a servidores efetivos, comissionados e contratados.	Setor de Contabilidade	31/12/2018	Concluída
2	Obrigações e Provisões para férias Obrigações decorrentes de férias adquiridas, por competência, devidas a servidores efetivos, comissionados e contratados.	Setor de Contabilidade	31/12/2018	Concluída
<b>AÇÃO</b>	<b>6. Reconhecimento, mensuração e evidênciação das obrigações com fornecedores por competência.</b>			
<b>SUBAÇÃO</b>	<b>PRODUTO</b>	<b>REPONSÁVEL</b>	<b>PRAZO FINAL</b>	<b>SITUAÇÃO ATUAL</b>
1	Empenhamento da Despesa por competência	Secretaria da Câmara	Realizado	Concluída
2	Processamento da Despesa por competência	Secretaria da Câmara	Realizado	Concluída
<b>AÇÃO</b>	<b>7. Recolhimento, mensuração e evidênciação das demais obrigações por competência.</b>			
<b>SUBAÇÃO</b>		<b>REPONSÁVEL</b>	<b>PRAZO FINAL</b>	<b>SITUAÇÃO ATUAL</b>
1	Demais obrigações lançadas por competência	Secretaria da Câmara	a ser definido	Concluída
<b>AÇÃO</b>	<b>8. Recolhimento, mensuração e evidênciação de software, marcas, patentes, licenças e congêneres, classificados como intangíveis e eventuais amortização, reavaliação e redução ao valor recuperável.</b>			
<b>SUBAÇÃO</b>		<b>REPONSÁVEL</b>	<b>PRAZO FINAL</b>	<b>SITUAÇÃO ATUAL</b>
1	Mensuração e evidênciação de bens intangíveis Adequação do sistema para reconhecimento e contabilização dos bens intangíveis	Setor de Contabilidade	31/12/2022	Concluída

**TEREZINHA, 31 de dezembro de 2022.**

KARLA SIMONE DE CARVALHO CADENGUE  
SEC EDUCAÇÃO  
CPF:826.041.854-15

Eder Marccone Vieira  
Contador  
CRC/PE nº 027904/0-8